



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ELIZABETH VASCONCELOS VELEZ

**O CONTEÚDO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E SUA IMPORTÂNCIA
PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ETNICORRACIAL**

**CAMPINA GRANDE – PB
DEZEMBRO/2015**

ELIZABETH VASCONCELOS VELEZ

**O CONTEÚDO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E SUA IMPORTÂNCIA
PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ETNICORRACIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno

**CAMPINA GRANDE – PB
DEZEMBRO/2015**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

V436c Velez, Elizabeth Vasconcelos

O conteúdo do livro didático de história e sua importância para implementação da proposta de educação etnicorracial [manuscrito] / Elizabeth Vasconcelos Velez. - 2015.
73 p. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2015.
"Orientação: Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno, Departamento de Pedagogia".

1. Educação 2. Livro Didático 3. Educação Etnicorracial 4. Ensino de História 5. Cultura Afrobrasileira I. Título.

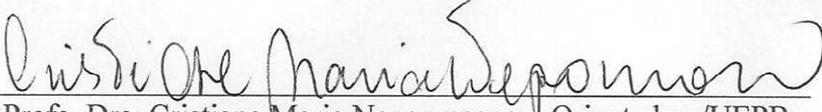
21. ed. CDD 371.32

ELIZABETH VASCONCELOS VELEZ

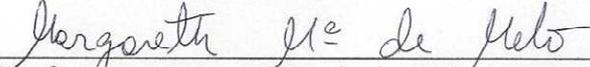
**O CONTEÚDO DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E SUA IMPORTÂNCIA
PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO
ETNICORRACIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Educação
da Universidade Estadual da Paraíba –
UEPB, como parte integrante dos requisitos
para a obtenção do título de Licenciatura
em Pedagogia

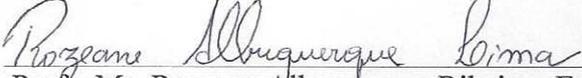
Aprovada em 07 de dezembro de 2015.



Profa. Dra. Cristiane Maria Nepomuceno – Orientadora/UEPB



Profa. Dra. Margareth Maria de Melo – Examinadora/UEPB



Profa. Ms. Rozeane Albuquerque Ribeiro – Examinadora/UEPB

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus criador, por ter me dado a oportunidade de chegar à universidade. Se não fosse Ele, eu não estaria aqui. Sempre me guiando, protegendo, dando saúde e determinação para alcançar os meus objetivos, além de força para não desistir nos primeiros obstáculos que apareceram.

Em segundo lugar, agradeço aos meus pais, Seu Edson (pai) e Dona Aparecida (mãe), que sempre trabalharam para que nada faltasse para mim e aos meus três irmãos, Edgrey, Adriano e Alexsandro. E sempre disseram: “Estudem para ser alguém na vida, já que eu não tive essa oportunidade, porque tive que trabalhar desde cedo para ajudar minha mãe a criar meus irmãos menores”.

Quero agradecer também aos meus familiares, em especial, às primas Poliana e Betânia, que mostraram para mim a importância de estudar, acreditaram e ajudaram de forma positiva com palavras e gestos, sempre motivando essa conquista, onde subindo degrau por degrau até alcançar o topo.

Aos amigos que já eram alunos de outras universidades, Gláucia e Monalisa, que ficaram muito felizes quando souberam que eu tinha passado no vestibular e me deram algumas dicas para não ficar enrolada, quando tivesse os primeiros dias de aulas. Às amigas conquistadas durante o Curso, como: a grande amiga Alzira, Débora, Viviane, Juliana e Ana Terra, entre outras. Que durante esses quatro anos tornaram-se outra família, na qual muitas vezes tivemos conflitos, desentendimentos, mas isso é normal em toda família, isso só fez crescermos juntas e fortalecermos cada vez mais a nossa amizade.

Agradeço a minha professora orientadora Cristiane Maria Nepomuceno, pela paciência e compromisso de estar guiando-me orientando, apesar de tantos obstáculos que foram surgindo no meio do caminho neste trabalho final; por suas maravilhosas aulas sobre o continente africano e por sua dedicação para que os nossos objetivos fossem alcançados.

E por último quero agradecer a todos os professores mestres e doutores, que passaram por nossa turma e só vieram somar e contribuir para a nossa formação. Em especial: Cristiane Nepomuceno, Rozeane Albuquerque, Margareth Melo, Teresa Cristina, Eduardo Onofre, Elizabete do Vale, Ruth Ribeiro, Franciscoc, Álvaro, Roseane, Socorro Mourac, Lurdinha Cisne, Edilazir, João Paulo e Tereza Cristina. Muito obrigada por tudo que vocês fizeram para que nós apreendêssemos o verdadeiro sentido de estudar na Pedagogia.

E para finalizar agradeço de forma geral a todos os citados acima, e de modo geral aos que também não foram citados. Muito obrigada pelo empenho e pela força! Muito obrigada!

Aos meus pais, que sempre sonharam em ter um dos filhos formado, e hoje este sonho tornou-se realidade, graças ao meu bom Deus. E este foi apenas o primeiro degrau dos muitos que ainda irei subir no caminho da vida. Dedico.

Eu andei nessa longa estrada para a liberdade. Tentei não vacilar, eu cometi erros ao longo do caminho. Mas eu descobri o segredo que depois de escalar um grande morro, só se descobre que há muitas mais montanhas para escalar. Tomei um momento aqui para descansar, para roubar uma visão da gloriosa vista que me rodeia, para olhar para trás na distância eu percorri. Mas eu posso descansar apenas por um momento, pois com a liberdade vem à responsabilidade, e eu não me atrevo a perder, por minha longa caminhada ainda não terminou.

NELSON MANDELA

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso propõe-se a realizar uma análise de conteúdo do livro didático de história para o Ensino Fundamental, com ênfase no 5º ano, objetivando verificar se as mudanças estabelecidas há 12 anos, com a promulgação da Lei 10.639/03, que estabelecia a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-brasileira na educação básica foram efetivadas, a saber: a reformulação do material didático. Com o intuito de contribuir para elucidar essas dúvidas, nos propomos a debruçar sobre essa questão: verificar se as mudanças determinadas nas leis e diretrizes orientadoras da proposta de educação étnico-racial aconteceram em relação aos livros didáticos. Ou se o conteúdo dos nossos livros didáticos continuava reproduzindo uma visão estereotipada e discriminatória do negro. Para tanto, precisávamos conhecer o conteúdo, identificar as representações encontradas e analisá-los. E para verificar o alcance desse conteúdo, no sentido da promoção de uma educação antirracista, selecionamos um livro de história da coleção adotado pelo município de Campina Grande para acompanhar durante 02 (dois) meses o seu uso nas aulas de História. Para realizar a observação escolhemos uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública. A escolha ocorreu por uma escola onde as alunas bolsistas do PIBID/UEPB desenvolviam suas atividades de estágio docente, o que facilitaria o acesso ao campo de estudo. Para fundamentar a pesquisa várias referências bibliográficas foram consultadas e muitos documentos foram lidos e discutidos, dentre eles: Candau e Moreira(2008), Machado (2008), Fiqueredo (2008), Gomes (2008), Marques (2006), Ribeiro (2006); e os documentos nacionais: LDB/96, PCN, Lei 10.639/03, DCNs e outros. Esperamos que este trabalho ajude as pessoas perceberem a importância de cuidar do nosso material didático, pois o mesmo é um dos principais instrumentos na ampliação e reformulação do olhar, para promover a desconstrução das práticas de preconceito incutido lá dentro da nossa cabeça. Apenas permitindo o acesso a uma história legítima, fiel à verdade dos fatos, poderemos devolver o respeito, a dignidade e o valor do povo negro, o reconhecimento da sua contribuição para a formação da sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Livro didático; Educação étnico-racial; História e Cultura Afro-Brasileira e africana.

ABSTRACT

This work Completion of course is proposed to hold a textbook content analysis of history for primary education, with emphasis on the 5th year aiming to verify whether the changes established 12 years ago with the enactment of Law 10.639 / 03 which established the mandatory teaching of African and Afro-Brazilian History and Culture in basic education were implemented, namely: the reformulation of the teaching material. In order to help elucidate these questions, we propose to dwell on this question: to determine whether the changes in certain laws and guidelines that guide the proposed ethnic-racial education had happened in relation to textbooks. Or if the content of our textbooks still playing a stereotypical and discriminatory view of black. For that, we needed to know the content, identify the representations found and analyzes them. And to verify the achievement of that content in the sense of promoting anti-racist education, we select a history book collection adopted by the Campina Grande city to monitor for two (02) months their use in history classes. To make the remark choose a class of 5th grade of elementary school of a public school. The choice was for a school where the students Scholar PIBID/UEPB developed their teaching internship activities, which would facilitate access to the field of study. To support research several references were consulted and many documents were read and discussed, among them: Candauand Moreira (2008), Machado (2008), Fiqueredo (2008), Gomes (2008), Marques (2006), Ribeiro (2006) national documents: LDB/96 PCN, Law 10.639/03, DCNs and others. We hope this work will help people realize the importance of caring for our teaching material, because it is a major instrument in the expansion and redesign of the look and to promote the deconstruction of prejudice practices that are instilled inside of our head. Only allowing access to a legitimate history, file the truth of the facts we can return the respect, dignity and the value of the black people and the recognition of his for the formation of Brazilian society.

Keywords: Textbook; Etnicorracial education; History and afro-Brazilian and African culture.

LISTA DE SIGLAS

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNLD – Comissão Nacional do Livro Didático

COLTED – Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático

EJA – Educação de Jovens e Adultos

FNB – Frente Negra Brasileira

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

INL – Instituto Nacional do Livro Didático

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC – Ministério da Educação

ONU – Organizações das Nações Unidas

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência.

PNLD – Programa Nacional do Livro Didático

SNEL – Sindicato Nacional dos Editores de Livros

TEN – Teatro Experimental do Negro

UHC – União dos Homens de Cor

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

USAID -United States Agency for International Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Capa do livro de História do 5º ano	29
Figura 02 – Ícones de referência	31
Figura 03 – Imagem ilustrativa da abertura da “Unidade I” tirada da internet	34
Figura 04 – Imagem ilustrativa da abertura da “Unidade I”	34
Figura 05 – Engenho de açúcar em Itamaracá (1643)	37
Figura 06 – Escravos britadores (século XVIII)	37
Figura 07 – Comboio de diamantes passando – gravura de Johann Rugendas, 1835 ...	38
Figura 08 – <i>Um sertanejo</i> , de Henry Koster, 1816	38
Figura 09 – Representação de uma habitação do Quilombo Palmares	39
Figura 10 – Representação de uma comunidade quilombola	39
Figura 11 – Texto discursivo sobre a cultura afro-brasileira	40
Figura 12 – Instrumentos musicais da capoeira	41
Figura 13 – A capoeira como esporte	41
Figura 14 – Trabalhando nos garimpos de diamantes	42
Figura 15 – Tropeiros pobres de Minas Gerais	42
Figura 16 – Lavagem do minério do ouro	42
Figura 17 – Garimpeiros com bateia, em Minas Gerais, 1885	42
Figura 18 – Formas de extração do ouro dos rios	43
Figura 19 – A participação do negro na religião	44
Figura 20 – Na arte em Minas Gerais	44
Figura 21 – Crianças trabalhadoras no passado e no presente	45
Figura 22 – Loja de barbeiro	46
Figura 23 – Negro de ofício	46
Figura 24 – O imperador D. Pedro I e a imperatriz.....	47
Figura 25 – Passeando pelas ruas do Rio de Janeiro – 1820.....	47
Figura 26 – Negros acorrentados.....	47
Figura 27 – Festas privadas e a presença dos escravos domésticos – Século XIX.....	48
Figura 28 – Festas públicas – Coroação de reis negros – Século XVIII.....	48
Figura 29 – Ofícios de negros.....	49
Figura 30 – Escravos de ganho e escravos domésticos.....	49
Figura 31 – A luta pela abolição.....	50
Figura 32 – Os abolicionistas.....	50
Figura 33 – Negros trabalhando na secagem do café – Rio de Janeiro, 1865.....	51
Figura 34 – Vendedoras de rua, Rio Grande do Sul, século XX.....	51
Figura 35 – Página do livro didático de História.....	64
Figura 36 – Página do livro didático de História (continuação).....	64

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I – EDUCAÇÃO ÉTNICO-RACIAL: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS, DOCUMENTAIS E PEDAGÓGICOS.....	13
1.1 O papel do livro didático para o sucesso da educação étnico-racial	19
1.2 O livro didático e um pouco da sua história	21
CAPÍTULO II – O LIVRO DIDÁTICO HISTÓRIA PROJETO BURITI PARA O 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO.....	28
2.1 Apresentação e análise do livro didático História Projeto Buriti para o 5º ano do Ensino Fundamental	29
2.2 Conhecendo o livro didático objeto do estudo: o conteúdo de História e Cultura Afro-Brasileira em discussão	33
2.3 Avaliação do livro didático	52
CAPÍTULO III – O PAPEL DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ETNICORRACIAL – RELATO DE UMA OBSERVAÇÃO	55
3.1 O uso do livro didático: observando o trabalho em sala de aula	56
3.1.1 <i>A turma e a professora</i>	57
3.2 Descrição das aulas de História observadas.....	59
3.3 Disso tudo, o que pode ser dito	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS	70

INTRODUÇÃO

A educação não é a busca pela verdade, mas a oportunidade de os sujeitos se emanciparem intelectualmente quando há espaço para a dúvida e a construção do conhecimento. Desta forma, garantir o acesso ao conhecimento não é garantir a igualdade diante de um conhecimento que não desafia que não coloca a dúvida como mola propulsora para se conhecer. Não é o conhecimento que emancipa, mais a forma como lidamos e como construímos conhecimento (MACHADO, 2008,p.71).

Há 12 anos foi aprovada a Lei 10.639/03, que estabelecia a obrigatoriedade do ensino de História e cultura africana e afro-brasileira na educação básica. Para tanto, uma série de mudanças se faziam necessárias, dentre estas a reformulação do material didático – emespecial do livro didático, visto ser o mesmo um dos mais utilizados recursos de apoio utilizados pelos professores.

Mas, será que passada mais de uma década essas reformulações do livro didático foram realizadas?

Com o intuito de contribuir para elucidar essas dúvidas, propomos-nos a debruçar sobre essa questão: verificar se as mudanças determinadas nas leis e diretrizes que orientam a proposta de educação étnico-racial haviam acontecido em relação aos livros didáticos. Ou se o conteúdo dos nossos livros didáticos continuava reproduzindo uma visão estereotipada e discriminatória do negro.

Para tanto, precisávamos conhecer o conteúdo, identificar as representações encontradas e analisá-los. E para verificar o alcance desse conteúdo, no sentido da promoção de uma educação antirracista, selecionamos um livro de História da coleção adotado pelo município de Campina Grande para acompanhar durante 02 (dois) meses o seu uso nas aulas de História. Para realizar a observação escolhemos uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental de uma escola da rede pública. A escolha ocorreu por uma escola onde as alunas bolsistas do PIBID/UEPB desenvolviam suas atividades de estágio docente, o que facilitaria o acesso ao campo de estudo.

O interesse pela temática da educação étnico-racial aconteceu desde o ingresso na universidade, quando a partir do segundo semestre letivo passei a fazer parte de um grupo de estudo – que possibilitou tornar-me aluna pesquisadora – iniciação científica. O referido projeto estava voltado para estudar o processo de implementação da lei 10.639 nas escolas públicas de Campina Grande e as mudanças no currículo, nas práticas e formação docente. O projeto estava sobre a coordenação da Professora Cristiane Nepomuceno. Posteriormente,

também passei a participar do projeto de extensão – na mesma temática – coordenado pela Professora Margareth Melo.

Quando eu comecei a participar dos encontros do projeto foi como se abrisse na minha mente outras várias portas para saber e conhecer cada vez mais a história dos africanos. Isto me possibilitou uma nova compreensão sobre o continente africano e o Brasil. Confesso que fiquei fascinada com a história, a cultura, o modo de viver, suas batalhas para libertar-se da escravidão e suas conquistas, sem esquecer, claro, da sua grande contribuição para o crescimento do Brasil. Então, ciente de que a história do povo negro merecia o respeito, a valorização e reconhecimento devido, escolhi o tema do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Para fundamentar a pesquisa várias referências bibliográficas foram consultadas e muitos documentos foram lidos e discutidos. Assim esse TCC ficou estruturado em três capítulos. O primeiro voltado para uma discussão das leis, diretrizes curriculares e pressupostos que orientam o projeto de educação étnico-racial. Seguido de uma discussão sobre o livro didático, função e um pouco da sua história. No segundo capítulo tratamos sobre o livro didático de História do 5º ano, aonde vimos como estava organizado, conteúdo, imagens, além de verificar qual a contribuição do mesmo para a construção de novo olhar para a história do Brasil e do povo negro. O capítulo terceiro traz os resultados da observação *in lócus* do uso do livro objeto da análise em uma turma do 5º ano. Por fim, as considerações acerca do estudado, visto, vivido.

Esperamos que este trabalho ajude as pessoas perceberem a importância de cuidar do nosso material didático, pois o mesmo é um dos principais instrumentos na ampliação e reformulação do olhar, para promover a desconstrução das práticas de preconceito que está incutido lá dentro da nossa cabeça. Apenas permitindo o acesso a uma história legítima, fiel à verdade dos fatos, poderemos devolver o respeito, a dignidade, o valor do povo negro e o reconhecimento da sua contribuição para a formação da sociedade brasileira.

1 EDUCAÇÃO ETNICORRACIAL: PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS, DOCUMENTAIS E PEDAGÓGICOS

O conhecimento da sociedade brasileira a partir da diversidade étnica e cultural que a compõe, compreender suas relações, marcadas por desigualdades socioeconômicas, e apontar transformações necessárias. (BRASIL, PCN PLURALIDADE CULTURAL – VOLUME 10).

É provável que em qualquer outro tempo histórico o projeto de educação brasileira tenha estado tão comprometida com a reconstrução social. Desde a promulgação da Constituição Brasileira de 1988 veio, gradativamente assumindo compromissos de elaborar políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade e combate a todas as formas de preconceito e discriminação.

Considerando que no nosso país ao longo de séculos negou-se o reconhecimento do seu caráter de nação plural e multiétnica, a Constituição de 1988 é considerada um marco histórico, um divisor para reformulação dessas concepções equivocadas, que na verdade atendia aos interesses e a um projeto de branqueamento da sociedade brasileira baseada na disseminação de um padrão eurocêntrico: pele branca, os cabelos loiros, os olhos claros, levando em consideração também a forma que se veste e seu status social.

Esse padrão difundido por toda uma existência de nação fez as pessoas incorporarem visões preconceituosas do negro e valores racistas. E o mais grave dessa situação é que estas práticas sempre foram negadas, omitidas no discurso oficial. A discriminação camuflada e a desvalorização do povo negro tinham nos livros didáticos e na forma como a nossa história era contada um dos seus principais veículos de propagação. Razão pela qual o respeito às diferenças étnicas, a valorização da diversidade e a eliminação do preconceito passa pela escola e pela reformulação de toda a sua estrutura: currículo, metodologias, práticas, material didático e pela formação dos profissionais que atuam naquele espaço.

Ao ter conhecimento dessa situação e do fato de que a história do negro foi transmitida de forma deturpada nos livros, cientes de que foi essa forma deturpada de contar a história do povo negros, sempre correlacionada a sua condição de escravizado, submisso e inferior, gerando no decorrer do tempo essa carga severa de preconceito e negação da condição de herdeiro direto da História e da cultura africana, quem iria querer ser vinculado a uma história de fracasso, violência e insucesso?

Desse modo, a partir dos anos de 1990, uma série de mudanças no sistema educacional brasileiro foi sendo adotada no sentido de reverter, revisar e reformular essa forma de contar a história do Brasil. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/96) ofereceu uma grande contribuição nesse sentido. Com a proposta de oferecer uma educação igualitária com direito de todos e com os projetos das propostas originais existentes, iniciou as negociações, formando a defesa pela escola pública em um modelo democrático, pois assim haverá uma propagação ao sistema político de educação. No caso da educação étnico-racial a mudança seria propulsionada pelo Artigo 26 que estabeleceria:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

§ 4º O ensino da história do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia. (BRASIL, 1996).

Para orientar e estruturar os rumos dessa mudança, no final dos anos de 1990 foram lançados os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Dentre os onze volumes, um era dedicado à temática da “Pluralidade Cultural” (volume 10). O objetivo era nortear os estudos de diversidade no Ensino Fundamental e fazer a sociedade refletir sobre a diversidade de povos de outras etnias e culturas presentes no nosso país, como o preconceito, a discriminação e a exclusão do outro. Este documento trata dessas e de outras questões, ele também possibilita que as mentes das pessoas sejam renovadas e reformuladas para superar as diferenças pessoais. O documento (PCN) enfatiza a importância de trabalhar a pluralidade cultural em todo o Ensino Fundamental.

Quando paramos para estudar sobre a pluralidade cultural encontramos vários, obstáculos para que ela seja adotada e aceita, porém esse estudo e essa reflexão é muito prazerosa por que dar a oportunidade para que o outro conheça os costumes e culturas das diferentes etnias a partir desses conhecimentos sobre as outras pessoas, assim estaremos trabalhando com os nossos alunos a relação de respeito ao próximo a inclusão e a troca de saberes. Desta formávamos diminuindo o preconceito e a discriminação sofrida por tantas pessoas da nossa sociedade.

Para que isto aconteça é necessário que o professor esteja preparado para aceitar o diferente como também os seus alunos por que o nosso país tem uma infinidade de costumes,

valores, religiões e crenças diferentes por este motivo os educadores e educandos precisam ter uma consciência flexível para aceitar e respeitar de acordo com o que a realidade vai mostrando e as mudanças que vão ocorrendo no dia a dia.

Infelizmente a desigualdade está presente e acaba causando vários problemas na nossa sociedade, por isso a questão de reconhecer e valorizar está sendo bastante discutida nas instituições de Ensino Fundamental. Muitos grupos étnicos são julgados e recebem estereótipos que só os faz mais excluídos dos seus direitos como cidadãos, por isso vemos tantos movimentos sociais trabalhando para desconstruir essas várias visões distorcidas que muitas pessoas ainda têm em relação à diversidade cultural.

Mas as mudanças efetivas só aconteceriam com a promulgação da Lei 10.639/2003 (ampliada para Lei 11.645/2008), que objetivava romper com essas construções negativas em torno dos negros e índios, afirmando a cultura e história desses povos a partir de outro ponto de vista, diferente da visão eurocêntrica. A “nova” história, por exemplo, deveria trazer uma versão na qual se falasse sobre a violência em forma desmedida, com “sequestros” em massa da população africana, tirando da mesma a possibilidade de viver livremente, ou seja, o tráfico escravista; falar sobre os movimentos contra a escravidão pelos próprios africanos, rebeliões, revoltas e fugas originando aos quilombos; dos movimentos abolicionistas; da discriminação e exclusão dos afrodescendentes da vida social em geral, tendo grandes reflexos até os dias atuais.

Enfim, ao introduzir a discussão sistemática da temática da História e Cultura Afro-Brasileira, africana e indígena nas práticas educativas, a escola estará contribuindo para o respeito e o reconhecimento à diversidade étnico-racial presente em nossa sociedade, favorecendo novas concepções de pensar a história e cultura da população negra e indígena. É necessário haver um conhecimento de um verdadeiro Brasil, e não uma visão superficial e estereotipada do que vem a ser o nosso país. É entender e conhecer as exclusões sociais verificando porque isso acontece e adquirindo o respeito por todas as diferenças existentes. Só com o estudo através do retrocesso das origens dos povos brasileiros podemos ter a dimensão de como vêm estruturando-se os aspectos sociais dessa nação.

E só a partir dessa análise podemos conhecer os diferentes momentos da nossa história, percebendo as resistências, as criações, enfim, todo o processo necessário para a construção do Brasil, possuindo novas visões em busca da superação do preconceito que há séculos nos acompanha. Este advento criou a imperiosa necessidade de produção de material didático específico, adaptado aos vários graus e às diversas faixas etárias da população escolar brasileira, devendo ser abordado em diversas disciplinas o estudo de História da África e dos

povos africanos, ressaltando a luta do povo negro para a formação da sociedade brasileira e suas contribuições para a concretização de todas as áreas econômicas, sociais e políticas.

Tem como objetivo (des)construir uma outra mentalidade para o povo brasileiro, que até os dias de hoje ainda se depara com uma história contada a partir de relatos identificando o negro superficialmente, como um sujeito passivo e alegórico na formação dessa sociedade. A Lei 10.639 é o resultado das atividades e lutas dos movimentos negros, faz parte das ações afirmativas na área da educação a ser implementadas pelo governo federal, como compromisso internacional de combate ao racismo.

Essa medida tem como relevância garantir a uma grande parte da população o conhecimento de questões relativas às sociedades africanas, sobre as marcantes influências desse povo na sociedade brasileira, além de tratar questões como o fortalecimento da identidade e de direitos, ações educativas de combate ao racismo, discutindo o papel dos conselhos de Educação em adaptar o proposto pela lei a cada sistema de ensino, pois é preciso reconhecer que há realidades bem diferentes e de difícil acesso para adesão de algumas aspectos.

Foi de extrema importância a implantação dessa lei, seguida de suas determinações para o incentivo à educação antirracista, além das iniciativas de organizações direcionadas para a formação e a prática dos profissionais em educação. Assim, o governo brasileiro instituiu, a partir da Resolução 01, em 17 de junho de 2004, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana – DCN.

As Diretrizes Curriculares Nacionais têm por meta promover a educação para pessoas atuantes e empenhadas em estabelecer um bom relacionamento étnico-racial, incentivando uma construção positiva para uma nação mais democrática, objetivando também a propagação desse conhecimento através de cidadãos responsáveis e conscientes do valor da identidade, História e Cultura Afro-Brasileira para a construção e formação da nossa nação, reconhecendo também a importância indígena, europeia e asiática.

Com um detalhe, a partir de então, a obrigatoriedade da implantação História e Cultura Afro-Brasileira e Africana se estenderia para as instituições de Ensino Médio e de Ensino Superior, em específico para os cursos que desenvolviam programas de formação inicial e continuada para professores. Para garantir o cumprimento desta Resolução fica a responsabilidade para os conselhos de Educação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dentro do regime de colaboração e da autonomia de entes federativos e seus respectivos sistemas. Sendo que esses estudos serão desenvolvidos por meio de conteúdos,

competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas instituições de ensino e seus professores, apoiados pelas coordenações pedagógicas.

É preciso a criação de materiais bibliográficos, como também materiais didáticos para serem utilizados como suporte e aprofundamento desses estudos, para que os professores possam desenvolver projetos e programas, abrangendo diversos componentes curriculares. Há o incentivo de trabalhos sempre voltados ao conhecimento de um mundo afro-brasileiro ainda não explorado e propagado, e assim poder existir o fortalecimento dessa cultura. Esse projeto teria um bom desenvolvimento, se essas instituições se organizassem, existindo o contato direto dos alunos com integrantes dos movimentos negros. Dessa forma ambos trocariam experiências, possuindo embasamento necessário para uma definição positiva em relação à raça negra.

E para isso se faz necessária a presença de alunos nas instituições de ensino, garantindo um ensino eficaz e comprometido com a educação dos negros e não negros, corrigindo atitudes ou ações que impliquem em discriminações. Enfim, os sistemas de ensino orientarão a elaboração de edições de livros e outros materiais didáticos com o intuito de divulgar e ampliar as leis vigentes, seus resultados serão comunicados ao Ministério da Educação, entre outros órgãos competentes.

A regulamentação das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais e o ensino e o da História e Cultura Afro-Brasileira e africana no estado da Paraíba ocorreu no ano de 2009. O Parecer 080/2009 aprovado em 09 de junho de 2009, emitido pelo Conselho Estadual de Educação, a partir da relatoria das professoras e conselheiras Maria de Fátima Rocha Quirino e Rosa Maria Godoy Silveira, reconhecia a importância de inserir nos currículos das escolas paraibanas uma História que permitisse a desconstrução estereótipos e preconceitos, muitas vezes apresentados nos livros didáticos.

Essas leis quando são inseridas nas escolas tem papel fundamental para a desconstrução desta concepção equivocada e estereotipada que se criou a respeito dos negros dos índios e da sua história, o professor que detém esse conhecimento estar com as ferramentas em suas mãos para lutar contra o racismo e incentivar na valorização desses povos em seus aspectos físicos e culturais. Valorizar a identidade dos diversos grupos étnicos, ligar o conhecimento escolar, as vivências cotidianas dos alunos tem sido uma das grandes dificuldades da escola, até mesmo por que, a preocupação da instituição é padronizar.

Articular diversidade cultural e educação em uma sociedade globalizada é uma tarefa necessitada de muitos estudos, diálogos e, o mais importante, respeito e valorização das diversas culturas. Entender e valorizar cada cultura que se encontra presente em um mesmo

espaço, nesse caso, na escola, não é nada fácil, mas deve ser feito. O conhecimento da História da África, cultura afro-brasileira e indígena nas escolas é considerado um espaço plural, permite aos educandos a valorização da identidade, passando a ser construída em um contexto de aceitação, confrontando valores preconceituosos que há muito rotulavam a cor da pele como sinônimos de inferioridade e ausência de beleza.

A ênfase deste princípio recai na necessidade de afirmação e reconhecimento de identidades pessoais/sociais negadas e/o subalternizadas; e de fortalecimento das lutas contra a privação e violação de direitos contra negros/as e indígenas, nos mais diversos âmbitos em que isto acontece: no aparato judiciário, na administração pública, nos meios de comunicação, nas escolas nos vários espaços da sociedade política e da sociedade civil. (PARAIBA/CCEPB,2009,p.9).

Valorizar a identidade dos diversos grupos étnicos, ligar o conhecimento escolar, as vivências cotidianas dos alunos tem sido uma das grandes dificuldades da escolar, até mesmo por que, a preocupação da instituição e padronizar, homogeneizar. O distanciamento e a desvalorização da escola em relação ao espaço construtor da identidade dos alunos é um dos fatores mais fortes que levam ao fracasso.

Perceber as leis 10.639/03 e 11.645/08 é lançar também um olhar para uma trajetória de luta social que repercutiu diretamente no ambiente escolar, mas não só existente neste. Ele abrange várias instâncias sociais, propiciando lutas de valores morais e identitárias com os demais grupos étnico-sociais de nosso país. São leis visando oferecer novas referências para estudantes, suas famílias e demais cidadãos, propondo-se a (re)educar as relações étnico-raciais presentes tanto nas escolas como em qualquer espaço da sociedade, pois não podemos atribuir unicamente ao espaço escolar a responsabilidade por esses feitos, é necessária a abrangência para combater estigmas, estereótipos e discriminações, construindo novas relações, utilizando como base os direitos humanos.

No ano de 2010, a regulamentação das DCN aconteceu no município de Campina Grande – PB, instituída na Resolução nº 087/2010. Nessa Resolução estava firmado o compromisso em inserir os conteúdos de História, cultura afro-brasileira, africana, cultura indígena no currículo nas escolas públicas municipais. E quando estes assuntos estiverem sendo estudados na maior parte do sistema municipal de ensino vamos visualizar grandes mudanças no comportamento e desenvolvimentos dos alunos.

Em relação às datas comemorativas, como diz na Resolução, elas “devem ser estudadas de maneira reflexiva”, aonde os alunos vão pensar sobre os fatos ocorridos em tais datas como, por exemplo: o 19 de abril (Dia do Índio) e o 20 de novembro (Dia da

Consciência Negra). Então, a partir do momento em que esta Resolução for respeitada, o sistema municipal de ensino vai ficar com um olhar renovado em relação às diversas culturas existentes.

1.1 O papel do livro didático para o sucesso da educação étnico-racial

Para que a sociedade brasileira aprenda a respeitar as pessoas negras e seus alunos negros é necessário conhecer a sua história e cultura numa perspectiva de respeito, reconhecimento e valorização. Para tanto é indispensável contar a história do nosso país orientada por nossos sentidos, novos significados: conhecer a participação do negro na formação do Brasil, compreender seus valores e lutas e reconhecer que ao longo de séculos o mesmo continuou sendo vitimado pela ausência de políticas públicas voltadas para reverter os danos do período da escravidão.

Segundo Gomes (2008), muitas pessoas não conhecem a História e Cultura Afro-Brasileira e africana, e por este motivo vemos a nossa sociedade tão preconceituosa com os negros. Isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Desde cedo esta questão deve ser trabalhada nas escolas através dos professores, no dia a dia escolar, ao invés de trabalharem apenas em comemorações específicas, como o Dia da Consciência Negra, entre outros. De acordo com Gomes (2008, p. 147),

[...] ao argumentar sobre possíveis raízes históricas do conflito rejeição/ aceitação, tentei, mais do que pontuar a existência dessa relação, destacar que os processos históricos, sociais e culturais são partes, integrantes da construção da identidade negra, da conformação da subjetividade e ocorrem de maneira concomitante à emocionalidade dos sujeitos.

Quando a igualdade puder ocupar o seu espaço, as mudanças no cotidiano escolar vão ser visíveis, pois ainda não são. Por este motivo continuamos na luta para que as escolas passem a trabalhar mais a questão da História e Cultura Afro-Brasileira e indígenas. A escola deve investir na educação de formação de cidadãos que respeitem uns os outros e aprendam a trabalhar em grupo para as diversidades poderem conviver em paz com todos. Dessa forma é importante refletir que:

Todos os alunos negros, bem como seus professores, precisam sentir – se valorizados e apoiados. Depende também, de maneira decisiva, da reeducação das relações étnico – raciais. Dependem ainda, de trabalho conjunto, de articulação entre

processos educativos escolares, políticas públicas, movimentos sociais, visto que as mudanças éticas, culturais, pedagógicas e políticas nas relações étnicas – raciais se limitam a escola. (BRASIL, 2004, p.13).

Dessa forma, podemos perceber que essa mudança só será possível quando cada um de nós não tiver inculcido dentro de nós este preconceito que nos afasta tanto do outro e nos impede de avançar cada vez mais na nossa sociedade. O ensino da temática História e Cultura Afro-Brasileira e indígena deve ser valorizado, pois é muito importante as crianças terem conhecimento, desde cedo, de quem foram os negros, e a grande importância que tiveram para o desenvolvimento do nosso país. Quando falamos do negro, a primeira coisa que vem na nossa cabeça é a escravidão, o sofrimento, o continente do povo mais pobre, e tantas outras imagens salvas na nossa mente.

Porque a mídia passa essa imagem para as pessoas que não procuram entender ou não tem interesse em saber se o negro sofreu ou ainda sofre, se ele alcançou melhores posições sociais ou não, e se alcançou ele e considerado amostrado, besta e até atrevido. Mais hoje em dia essa imagem está sendo desconstruída e aos poucos, vamos tirar essa imagem feia das nossas mentes, o caminho é longo, mais temos que fazer a nossa parte, estudando e mostrando o tamanho da riqueza que os negros trouxeram para o Brasil.

Nesse sentido, o livro didático tornou-se um aliado de grande importância na desconstrução desses equívocos históricos. O livro didático é um dos instrumentos mais utilizados pelos docentes ou, até mesmo, o único suporte para o trabalho em sala de aula. Não podemos aqui pensá-lo como ferramenta neutra no processo de ensino-aprendizagem. O mesmo tem como função subsidiar as práticas pedagógicas em sala de aula, porém é de suma importância o mesmo ser utilizado com criticidade. Assim, primeiro é preciso compreender o que é entendido como livro didático, pois ao longo de sua história o mesmo recebeu diversas definições e características. Nas palavras do professor Itamar Freitas (2009, p. 13):

Livro didático é, portanto, um artefato impresso em papel que veicula imagens e textos em formato linear e sequencial, planejado e organizado e produzido especificamente para uso em situações didáticas, envolvendo predominantemente alunos e professores, e que tem a função de transmitir saberes circunscritos a uma disciplina escolar.

A primeira legislação referente ao livro didático data de 1938, com o Decreto-Lei nº 1.006. De acordo com o Artigo 2º deste decreto, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe (WITZEL, 2002).

Anterior à legislação foi criado, em 1937, o Instituto Nacional do Livro (INL) com uma coordenação voltada especificamente, para o manual escolar. Constituiu-se a Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), em 1938, ampliada e fortalecida em 1945 (D'AVILA, 2008, p. 99).

Após muitos questionamentos sobre a legitimidade da CNLD, em 26 de dezembro de 1945 é consolidado o Decreto-Lei nº 8.460, que concretizou a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático (D' AVILA, 2008). Conforme definido no Decreto-Lei nº 8.460, 26/12/1945, Artigo 1º: “é livre no país, a produção ou a importação de livros didáticos, salvo daqueles total ou parcialmente escritos em língua estrangeira, quando destinados a uso de alunos nas escolas primárias” (DOU, 1945).

1.2 Livro didático e um pouco da sua história

A Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD) foi criada em 1938, pelo Decreto-Lei n. 1.006, Artigo 9º, do Governo Federal. Esta comissão também serviu como ferramenta de análise dos livros didáticos, em 1930, com a parceria entre o livro didático e as políticas públicas. Algumas propostas foram intituladas e com a CNLD foi criado o controle do livro didático no Brasil, para averiguar como acontece o processo da compra e da entrega desses livros, como também o seu uso nas escolas. A comissão do livro didático foi composta por vários membros, é dividida em várias seções. Depois de instalada, 1.986 livros foram encaminhados para serem examinados, mas poucos foram analisados. Entre os analisadores estavam: Ferreira (2008); Soares e Rocha (2005), Oliveira, Guimarães e Bomény (1934); Freitag, Costa e Motta (1987).

E deve da comissão fazer algumas observações no processo de escolher os livros como podemos ver no Artigo 10. Compete à Comissão Nacional do Livro Didático: a) examinar os livros didáticos apresentados para avaliação e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso; b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos; c) indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que merecessem ser traduzidos pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade; d) promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos com uso autorizado na forma desta lei.

O livro é uma ferramenta muito importante para o processo de ensino-aprendizagem nas escolas, e o mesmo não pode ser ignorado, desprezado ou esquecido nos armários das

escolas, como vemos no dia a dia. Em 1945, quando os livros eram aprovados, eram expostos em uma lista do Diário Oficial da União – fato que acontecia todos os anos de forma bem organizada. Onde as pessoas podiam ver qual o livro mais bem elaborado e organizado para estudar. O Artigo 19 do Decreto Lei 1006, de 1938, diz que os livros didáticos, cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei, deverão conter na capa, impresso diretamente ou por meio de etiqueta, os seguintes dizeres: livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação.

O Instituto Nacional do Livro Didático (INL) foi criado em 1937 e existe ainda hoje através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Que dar assistência diretamente ao ensino Fundamental como também ao ensino Médio. Os livros apareceram no Brasil em 1549 com a chegada dos jesuítas que trouxeram os livros escolares para ensinar nos colégios que foram estalados ao lado das igrejas. Mas quando eles foram embora os livros foram deixados para trás, os livros que eram usados aqui no Brasil foram feitos na Europa. Em 1934 depois da carta o livro escolar foi fornecido gratuitamente como determina o art. 157 da Constituição de 1988.

A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte de seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação. § 1º As sobras das dotações orçamentárias, acrescidas de doações, percentagens sobre o produto de vendas de terras públicas, taxas especiais e outros recursos financeiros constituirão, na União, nos Estados e nos Municípios, esses fundos especiais, que serão aplicados exclusivamente em obras educativas determinadas em lei.

§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílio a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas.

O instituto foi reestruturado pelo Decreto nº 72.614, de 15 de agosto de 1973, nos 52 anos de existência INL, ou seja, de 1937 a 1989, foi o período em que o instituto passou por uma fase complicada por causa do mercado de livros no Brasil. Depois dessa fase o INL procurou dar uma contribuição para a cultura nacional. Como uma forma de fazer as pessoas se interessarem pela leitura mais isso não funcionou muito bem. Uma critica que o instituto recebe e exatamente porque se preocupava em vende e se esquecia do mais importante que era tornar pessoas leitoras.

Depois de 1964 o INL censurou algumas propostas de publicação que traziam bem enfocada a rejeição do período, mais não conseguiu implanta a biblioteca e o dicionário da língua nacional. Mais o INL teve também iniciativas positivas como a contribuição a construção da biblioteca pública no Brasil, como também o crescimento da biblioteconomia que trabalhava para o desenvolvimento dos recursos humanos.

A Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático (COLTED) foi criada em 1966 pelo Decreto nº 59.355, instituída pelo MEC em 4 de outubro. A COLTED disponibilizava livros e também curso de formação para os professores e técnicos da área editorial, com bolsas de estudo. A COLTED tinha um programa de bibliotecas, o qual tinha como referência o contexto histórico, onde a Guerra Fria foi uma fonte de estudo e a discussão da educação brasileira na época em o país era governado por militares.

A COLTED foi criada para realizar as atividades do ministério do governo presidente Castelo Branco, onde era verificada a evolução do livro técnico e didático. O COLTED também foi responsável por impulsos com grande significado no mercado editorial brasileiro. Seu objetivo inicialmente era distribuir livros nos níveis de ensino: primário, secundário e superior. Essa ideia fazia parte do projeto. Para esta ação acontecer foram feitos alguns convênios, entre eles estavam: Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a USAID.

Em 1959 foi realizada uma conferência em Genebra. Encaminhava para os professores materiais, como os livros e outros que eles utilizariam no curso promovido pela COLTED para melhor desenvolvimento dos alunos e seus currículos. Algumas das recomendações da conferência foram absorvidas pelo MEC. E o MEC passa a ser o responsável pela distribuição do livro didático nos três níveis de ensino no Brasil. De acordo com Krafzik (2008), o Presidente da COLTED Edson Franco (1969) declarou:

País com livros em quantidade para atender ao maior número possível de estudantes, em todos os níveis, é país que pode aspirar com tranquila certeza a uma posição de destaque entre as nações mais adiantadas. O Brasil pode alimentar essa esperança, que alicerçará o seu futuro, breve futuro, de nação grandiosa em todos os sentidos. Vasto programa, destinado a suprir as necessidades de livros da população escolar brasileira, começa a entrar em ação com a instituição da COLTED. (KRAFZIK *apud* FRANCO, 2008, p.57).

Em seguida, o presidente da COLTED, Franco (1969), destaca em sua fala o real objetivo da COLTED. Que trabalhava para solucionar a grande demanda das necessidades do Brasil em relação à educação através dos livros.

A COLTED não é uma instituição a mais para fazer o que já vem sendo feito por outras tantas. Seu objetivo, por demais importante, reside em constituir e fazer bibliotecas nas Escolas com um disponível de publicações que permita alteração de mentalidade pelo uso dos livros escolares e de recreação. Por outro lado, visa a concorrer à expansão da indústria do livro pelas grandes tiragens de obras técnicas, didáticas e recreativas. (KRAFZIK *apud* FRANCO, 2008, p.57).

Através da biblioteca do Programa da COLTED o livro técnico e didático passou a ser distribuído de maneira mais rápida em todo o Brasil. E para que os objetos da COLTED fossem alcançados investimentos foram feitos, para o Brasil ganhar destaque entre os outros países na distribuição dos livros. A UNESCO apresenta as comparações em relação aos livros produzidos, fazendo um destaque em um problema enfrentado pelo Brasil há muito tempo, a questão de o brasileiro ler pouco, e a culpa cai sobre os primeiros anos iniciais, infelizmente, sobre os professores dos anos iniciais.

Dessa maneira, entende-se que a escola não contribui para formar novos leitores. Para tentar solucionar este problema a COLTED incentiva a produção de livros e a sua distribuição de modo geral, e fazendo esta ação o parque editorial e gráfico no setor de livro também sai ganhando no mercado editorial. Aqui estão alguns objetivos específicos do programa da COLTED, de acordo com Krafzik (2008):

- Facilitar a distribuição e utilização de livros pela criação de bibliotecas escolares e pelo suprimento às já existentes, de um número adequado de livros selecionados pela COLTED.
- Promover, por contrato comercial com as editoras, em decorrência da maior e imediata demanda desses livros, e tendo em vista os termos do Decreto N° 59 355, substancial aumento no número de livros disponíveis nos níveis de ensino primário, médio e superior e sua distribuição oportuna e econômica, através da rede comercial.
- Promover a edição de livros didáticos nas matérias em que não haja publicações em Português, ou quando as disponíveis não atenderem aos requisitos de qualidade exigidos pelo ensino.
- Aperfeiçoar as técnicas da indústria editorial e gráfica e os sistemas usuais de distribuição de livros.
- Estimular os autores e ilustradores brasileiros de livros técnicos e didáticos.
- Difundir entre os três níveis de ensino os meios de aperfeiçoar técnicas didáticas, pelo melhor uso dos livros e dos materiais didáticos e científicos.

Entre estes objetivos nota-se um incentivo no desenvolvimento da indústria editorial nacional. E em seguida uma crítica é feita a COLTED. Esta crítica foi feita por Hallewell (2005), falando que, após a Revolução de 1964, editores e livreiros comemoraram o fim da ameaça a quem procurasse assumir a indústria do livro didático no Brasil. Mas, mesmo assim, o setor editorial apresentava contradições com o estado prejudicial à comercialização do livro.

Agora falaremos um pouco sobre o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que foi instituído pelo Decreto nº 91.542/85 de 1985 e tem por finalidade distribuir livros nas escolas de 1º grau. O PNLD faz a distribuição de livros didáticos para o Ensino Fundamental e Médio, como também às escolas de educação especial públicas, privadas e particulares, além de instituições filantrópicas incluídas no programa.

O PNLD funciona em ciclos trienais alternados e a cada a cada ano o FNDE apanha e espalha livros para os alunos de determinada local de ensino e substituir livros que não servem mais e completar com novos que serão usados em outras etapas. De acordo com o FNDE são reutilizáveis os seguintes componentes: Matemática, Língua Portuguesa, História, Geografia, Ciências, Física, Química e Biologia. Os consumíveis são: Alfabetização Matemática, Letramento e Alfabetização, Inglês, Espanhol, Filosofia e Sociologia.

As escolas escolhem em conjunto com os membros da escola os livros que vão utilizar, de acordo com seus planos pedagógicos. E um ponto muito interessante conhecido por poucas pessoas: para garantir o atendimento a todos os alunos são distribuídas também versões acessíveis (áudio, Braille e MecDaisy) dos livros aprovados e escolhidos no âmbito do PNLD.

Para tem cada modalidade de ensino o PNLD tem os livros específicos com: PNLD EJA; PNLD Campo; PNLD Obras Complementares; PNLD Alfabetização na Idade Certa e PNLD Dicionários. Também tem o termo de adesão que identificar as escolas federais e as redes de ensino que aceitaram a adesão formalmente ao Programa, assinando termo específico disponibilizado.

Diante da importância do livro didático dentro do espaço escolar como primordial mecanismo de sustentação do currículo oficial, não podemos considerá-lo como neutro, pois na verdade o mesmo pode ser instrumento de controle social, político, e cultural. Como nos mostra Oliveira (2006, p.81): “Deve-se levar em conta a complexidade desse objeto, porque o livro didático não é ‘apenas’ um livro, tampouco o é no sentido mais usual do termo, para ser lido, da primeira à última página”.

Nesse sentido, faz-se necessária uma escolha responsável do livro a ser trabalhada na escola. Para esta escolha através da avaliação do professor e da equipe pedagógica eles devem analisar as resenhas contidas no guia, e para isso se faz importante que eles tenham conhecimento do Guia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Os livros a serem utilizados em sala de aula devem ser pedidos somente pela internet, no portal do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A escola deve apresentar duas opções na escolha das obras para cada ano e disciplina. Caso não seja possível a compra da primeira

opção, o FNDE envia à escola a segunda coleção escolhida. Portanto, a escolha da segunda opção deve ser tão criteriosa quanto à primeira. No volume “Apresentação do Guia”, encontram-se as orientações detalhadas referentes à escolha das coleções.

O homem está sempre buscando aprender algo novo, ele não se conforma em saber só um processo ele se formar e ainda não e o bastante, pois o homem quer compreender como realmente as coisas acontecem. Segundo Marques (2006), a formação significa ruptura com o imediato e o natural. A formação faz com que o homem se mantenha aberto ao outro, faz com ele veja o novo sempre com um olhar diferente, indagador, com sensibilidades e tato.

Para podermos ter uma boa formação requer muito esforço e dedicação, é preciso juntar o saber e a ação para aprendermos cada vez mais. E, em seguida, unir teoria e prática para a realização de um trabalho bem feito, organizado. Mas ter uma formação boa hoje em dia requer também dispormos de recursos e tempo, e infelizmente não é a maioria capaz de investir na sua formação.

Ensinar e aprender não é repetir, mas é projetar em situação dialógica por onde começa um novo processo, contrário ao desgaste da vida e á decadência, imune ás fantasias oníricas da imaginação não fundamentada nas possibilidades historicamente construídas... Os sujeitos confrontam – se na exigência de serem reconhecidos como insubstituíveis em sua distinção e na contradição sem síntese em que um não pode ser reduzido ao outro, nem ambos podem ser absorvidos pela totalidade social de que participam... As relações educativas que pretendem não ser alienantes importam levem cada indivíduo a descobrir suas próprias forças e possibilidades, a percebê-las como forças sociais e a criar suas próprias formas de organização em que não se separem as forças sociais das forças políticas empenhadas em lutas mais amplas. (MARQUES, 2006, p.171).

A responsabilidade do professor é muito grande, pois ele vai fazer trabalhos científicos com seus alunos dando ênfase ao conhecimento para elaborar novas maneiras de aprender de acordo com seus métodos de ensino - aprendizagem. É o interessante esta nesta questão como ensina? Como os alunos estão aprendendo? São questões a serem pensadas para cada vez mais os professores criem novas formas de aprender nos dias atuais, pois o mundo não para vive em constante mudança.

Para falamos sobre os negros não podemos esquecer que eles não vieram para o Brasil, e sim foram traficados, arrancados do seu lugar de origem, de suas casas, de suas famílias e trazidos para um país que eles não conheciam, onde se tornaram escravos sem direito a nenhuma condição digna de vida, porque eles eram vistos como povo sem alma, sem cultura, portanto não eram nada. E sofreram muito até conseguirem ser libertos.

É comum escutamos a frase somos todos iguais, mas não é bem assim que as pessoas tratam umas as outras, por que ao mesmo tempo em que somos iguais também somos

diferentes cada ser tem uma forma de agir e pensar e isso acaba causando conflitos que sempre vão gerar alguma forma de preconceito, discriminação e exclusão. Um fator determinante que aponta esta grande diferença entre as pessoas e o fato de alguns será bem sucedido nas suas carreiras profissionais e outros não.

20 LIVRO DIDÁTICO HISTÓRIA PROJETO BURITI PARA O 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL: APRESENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

[...] O livro didático de História foi aquele material didático que mais direta e prontamente sofreu as influências de ambos os processos. Mas não só. Sendo o livro didático, no Brasil, um instrumento que constitui padrão curricular, o de História acaba por se tornar um difusor tanto dos princípios da democracia, da igualdade e da justiça social quanto da diversidade e pluralidade étnica e cultural. (MAURO CEZAR COELHO, 2010).

Este capítulo está voltado para apresentação dos resultados de uma pesquisa de avaliação de livro didático cujo objetivo era averiguar se o livro em análise atendia as determinações estabelecidas a partir da institucionalização da Lei 10.639, instituída em 09 de janeiro de 2003. Para tanto, esse capítulo traz a apresentação e uma análise diagnóstica do livro didático de história adotado pela rede pública municipal de ensino de Campina Grande – PB.

Este capítulo está voltado para apresentação dos resultados de uma pesquisa de avaliação de livro didático, cujo objetivo era averiguar se o livro em análise atendia às determinações estabelecidas a partir da institucionalização da Lei 10.639, instituída em 09 de janeiro de 2003. Para tanto, esse capítulo traz a apresentação e uma análise diagnóstica do livro didático de História adotado pela rede pública municipal de ensino de Campina Grande – PB.

Todavia, para verificar se o livro era adequado para trabalhar a temática afro-brasileira precisamos, além de estudar o livro detalhadamente, observar como este era usado em sala de aula. Ação que constamos posteriormente ter sido fundamental, pois só a partir da verificação *inlócus* acerca de como o livro objeto do nosso estudo estava sendo utilizado foi possível avaliar com maior nível de validade o conteúdo proposto para efetivação da implementação da proposta de Educação Etnicorracial.

Para fundamentar a análise realizamos uma pesquisa documental e bibliográfica com o intuito de orientar o nosso olhar. Foram lidos documentos e autores que tratam desde a questão da proposta de educação etnicorracial à função do livro didático. Sendo que, ao avaliarmos o conteúdo do livro, constatamos que o mesmo ainda apresentava muitas lacunas e continuava a abordar algumas questões de forma superficial. Nesse sentido o aprofundamento das temáticas que o livro tratava dependeria da forma como cada professor trabalhasse a temática em suas aulas. Razão pela qual, além da leitura e análise do livro, fomos observar *in*

locus (sala de aula) o uso do livro. Para tanto, tomamos como recorte uma turma do 5º ano de uma das escolas da rede municipal de Campina Grande – resultados que serão apresentados no capítulo subsequente.

2.1 Apresentação e análise do livro didático **História Projeto Buriti para o 5º ano do Ensino Fundamental**

O livro analisado faz parte de uma coletânea denominada “Projeto Buriti”, que congrega outros conteúdos: Geografia, Português e Ciências. É uma “obra coletiva concebida, desenvolvida e produzida pela Editora Moderna”, como consta na apresentação do livro. O trabalho de organização do mesmo ficou sobre a responsabilidade da editora Rosane Cristina Thahira, bacharele licenciada em História pela Universidade de São Paulo, *leciona* em escolas públicas e particulares, e em cursos pré-vestibulares de São Paulo. O livro em questão foi adotado pela rede municipal de ensino de Campina Grande para o triênio 2013-2015, atendendo às determinações do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

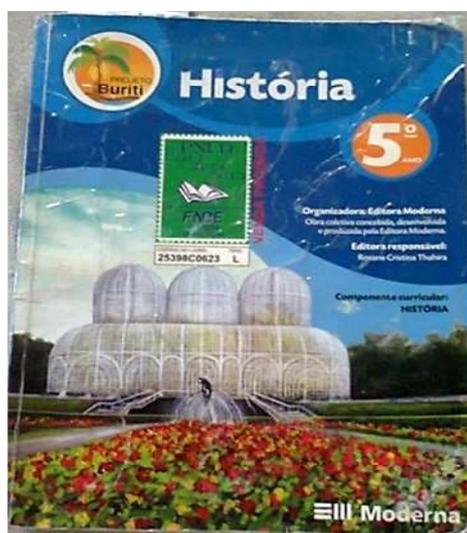


Figura 01: Capa do livro didático analisado

Fonte: Livro Didático de História do 5º Ano

Do livro também constam textos dos seguintes autores: Eloisa Aragão Maués (historiadora), Leonardo de Atayde Pereira (historiador), Samanta Costa (historiadora), Tathiane Gerbovic (historiadora), Luana Saturino Tvardovskas (historiadora), Cesar da Costa Junior (historiador), Carlos Eduardo Dias Machado (historiador), Wilma Antunes Maciel (historiadora), Murilo José de Resende (historiador), Ricardo Barros (historiador e pedagogo).

Apesar de constarem como autores, os professores relacionados não aparecem identificados por assunto no livro, é como se o conteúdo apresentado fosse de autoria coletiva. Entre todos esses docentes, apenas um deles tem licenciatura em Pedagogia, o que talvez explique algumas falhas na elaboração do livro à medida que este apresenta algumas inadequações do conteúdo e nas atividades propostas em relação à idade/fase de desenvolvimento cognitivo do público-alvo ao qual se destina.

O conteúdo do livro está organizado em 09 (nove) *Unidades* no total (ver Quadro 01). Cada uma das unidades é composta por subdivisões denominadas *Temas*, sendo cada uma delas composta por 03 (três) a 04 (quatro) sessões. Os temas versam sobre os conteúdos específicos que fundamentam o tempo histórico tratado, por exemplo, a *Unidade 1* voltada para a discussão do *Brasil Colônia*, traz a seguinte estrutura temática: *Tema 1* trata das definições acerca do que é uma Colônia e a relação com a Metrópole, o *Tema 2* discute como ocorreu a ocupação do território, e assim por diante; e o *Tema 3* aborda o processo de resistência dos indígenas e negros escravizados.

Por sua vez, cada *Tema* é concluído com uma *Atividade* composta por várias questões voltadas para a fixação da leitura, interpretação e reflexão do conteúdo estudado. Mesmo de forma elementar, as atividades abrem espaço para a reflexão e o questionamento sobre o conteúdo apresentado, permitindo ao aluno reconstruí-lo. Também há lugar para manifestação espontânea, à medida que pede a opinião do educando, estimulando a construção de sentidos.

Estrutura organizacional	Conteúdo tratado
Unidade 1	Viver no Brasil Colônia
Unidade 2	A sociedade do ouro
Unidade 3	O processo de independência do Brasil
Unidade 4	O início do Brasil independente
Unidade 5	O governo de D. Pedro II
Unidade 6	O começo da República
Unidade 7	Da era Vargas a João Goulart
Unidade 8	A ditadura militar
Unidade 9	Nosso tempo

Quadro 01: Demonstrativo do conteúdo geral do livro por unidade temática

Fonte: Livro didático História Projeto Buriti – 5º Ano.

No final de cada *Unidade*, fazendo uma “amarração”, está colocada uma sessão denominada *Ampliação* – que consiste na apresentação de um texto suporte, voltada para o aprofundamento do assunto, oferecendo maior base de conteúdo. Também traz uma atividade de verificação de aprendizagem. Em linhas gerais, as atividades estão voltadas para consolidar (reforçar) o conteúdo trabalhado em cada respectiva *Unidade*. As sessões de atividades são denominadas de modo variado, a saber: “*O que você aprendeu*”; “*Para ler e escrever melhor*” e “*O mundo que queremos*”. O livro ainda traz um conjunto de elementos voltados para facilitar a assimilação do conteúdo, por exemplo: *ícones* indicando como se trata o assunto “trabalho com temas transversais”; *ícones* indicando como as atividades devem ser realizadas (ver Figura 02).



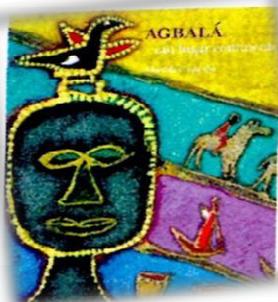
Figura 02: Ícones de referência

Fonte: Livro didático História Projeto Buriti – 5º Ano (p. 5)

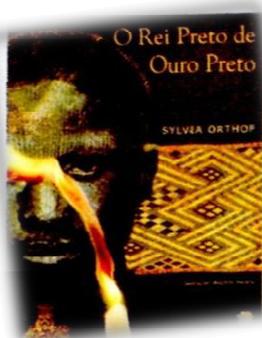
Para cada *Unidade* ainda são apresentadas sugestões de leituras relacionadas aos conteúdos trabalhados. Os 12 (doze) livros paradidáticos, indicados para o público infanto-juvenil, estão referidos no final do livro, nas páginas 130, 131 e 132. Por exemplo, para reforçar o conteúdo da História e Cultura Afro-Brasileira e africana estão indicados 04 (quatro) títulos (ver Quadro 02).

Os livros paradidáticos, via de regra, são indicados com o intuito de levar o aluno a aprender de forma prazerosa o conteúdo trabalhado. Muitas vezes, esses livros apresentam ideias e conceitos – em suas entrelinhas – que facilitam o processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, necessário faz-se entender a contextualização dos mesmos, pois, sem dúvida, eles estimulam o interesse do educando, e isso é o aspecto mais importante para garantir a aprendizagem. No caso dos livros indicados, os mesmos mostram o negro a partir de uma visão diferente e valorativa, trazendo à tona questões, muitas vezes, consideradas tabus, e

precisam ser reveladas e discutidas abertamente na escola – até porque fazem parte do seu cotidiano e são corriqueiramente negadas.



“**Agbalá, um lugar-continente**”, autoria de Marilda Castanha (São Paulo: Cosac Naify, 2008) é a leitura indicada para a **Unidade 1**. De acordo com o resumo da obra, afirma a autora que o aluno vai poder ver “uma nova maneira de estudar os africanos escravizados, respondendo algumas de suas curiosidades sobre os negros” (THAHIRA, 2011, p. 130).



“**O rei preto de Ouro Preto**”, de Sylvia Orthof (São Paulo: Global, 2003) é a leitura indicada para a **Unidade 2**. Este exemplar conta “a história de Chico Rei, um líder africano que foi trazido como escravo ao Brasil para trabalhar nas minas de ouro” (THAHIRA, 2011, p. 130).



“**O amigo do rei**”, de Ruth Rocha (São Paulo: Salamandra, 2009) é a leitura indicada para a **Unidade 4**. O Paradidático fala sobre o tempo da escravidão no Brasil e de como era difícil para as crianças negras e brancas serem amigas. Conta a história de dois meninos, Matias que era escravo e ioiô que era filho do seu senhor e de como a amizade entre os dois venceu o preconceito (THAHIRA, 2011, cf. p. 131).



“**Você sabia? A Abolição da escravatura e proclamação da república no Brasil**”, de Miguel Mendes (São Paulo: Globo, 2008) é a leitura indicada para a **Unidade 5**. Neste livro a turma do Sítio do Pica-Pau Amarelo conta um pouco a história da abolição da escravatura e da proclamação da república (THAHIRA, 2011, cf. p. 131).

Quadro 02 – Capas dos livros paradidáticos – leituras complementares

Fonte: Livro Didático de História Projeto Buriti – 5º Ano (p. 130 - 131)

Ao longo das *Unidades* algumas palavras aparecem destacadas (realçadas na cor laranja) e o significado destas encontra-se em um *Glossário* no fim do livro. No total o Glossário traz uma relação de 39 (trinta nove) palavras e destas apenas 07 (sete) remetem a explicações relacionadas ao tema da História e Cultura Afro-Brasileira e africana, a saber: “Afrodescendente”, “Bateia”, “Candomblé”, “Capataz”, “Capitão do mato”, “Orixá” e “Quilombola” (constam nas páginas 133 e 134).

2.2 Conhecendo o livro didático objeto do estudo: o conteúdo de História e Cultura Afro-Brasileira em discussão

A primeira unidade temática do livro é intitulada: “Viver no Brasil Colônia”. Fazendo a abertura da mesma escolheram uma iconografia (1823) de Jean-Baptiste Debret para ilustrar o momento histórico tratado. A cena retrata o cotidiano feminino: duas mulheres brancas, sendo uma senhora e uma jovem (supostamente a filha), ambas sentadas na sala de casa. A “senhora” estaria costurando e a jovem lendo – aparentemente estudando, já que no papel segurado pela mesma aparecem letras isoladas em caixa alta assemelhando-se a um “alfabeto”.

Ao redor das duas mulheres aparecem cinco negros, assim dispostos: aos seus pés estão sentadas (no chão) duas mulheres negras aparentemente bordando; também no chão estão duas crianças de colo (nua/seminua) brincando, supostamente filhos das negras; em pé um jovem negro descalço carregando uma bandeja. Esta imagem foi por Debret denominada: “Uma senhora de algumas posses em sua casa” retrata o cotidiano na Colônia, mostra uma relação de servidão, mas também de tranquilidade e de uma relação aparentemente em “harmonia” à medida que os negros estão com fisionomia serena, vestidos, ornados e gordos.

Não estão retratados em condição desumana e humilhante, como era comum na época de ressaltar a inferioridade do negro. Esta iconografia traduz em parte a tese que no início do século XX ganharia força no Brasil da miscigenação e da ausência de preconceito: o mito da democracia racial. Observe e verifique na figura⁰³¹ abaixo:

¹ A imagem da Figura 03 foi retirada da internet para melhor visualização, visto no livro aparecer dividida em duas páginas.



Figura 03: Imagem ilustrativa da abertura da “Unidade I” tirada da internet

Fonte: <http://abstracaocoletiva.com.br/2013/03/27/jean-baptiste-debret-obras/>

No livro a imagem aparece ocupando duas páginas (ver Figura 04 abaixo) e em uma das quais há um quadro com alguns questionamentos já remetendo a uma reflexão inicial acerca do tipo de relação que existia entre aquelas pessoas integrantes da cena. A proposta é, a partir dos questionamentos, chamar a atenção do leitor. Pergunta-se: o que as pessoas retratadas na cena estão fazendo? Existiam conflitos entre os mesmos? Quais os tipos de atividades que cabia aos “escravos”? Qual a importância da “mão de obra escrava”?

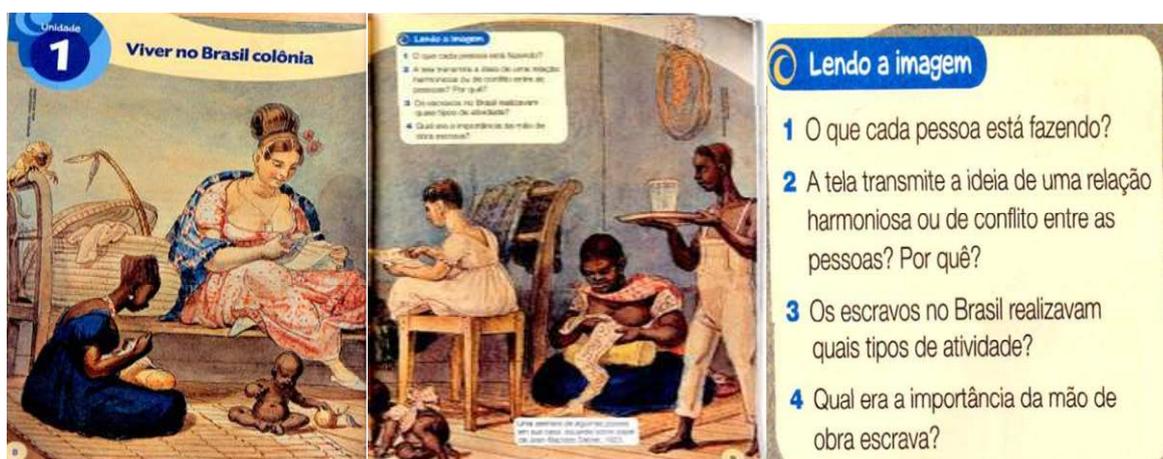


Figura 04: Imagem ilustrativa da abertura da Unidade I

Fonte: Livro Didático de História Projeto Buriti – 5º Ano (p.8-9).

Baseada na leitura da imagem acima apresentada como será que os alunos respondem a estas perguntas? Será que apesar da aparente “harmonia” retratada os leitores conseguirão ver qual era o “lugar” do negro na sociedade colonial brasileira? Percebem que na cena os

negros estão retratados em condição subalterna, de serviçais e revelando a estrutura hierárquica da época?

Os conteúdos tratados nessa unidade estão distribuídos em três temas, a saber: “A Administração inicial da Colônia”, “A ocupação do território” e “A resistência de indígenas e de negros escravizados”. No primeiro tema a única referência feita ao negro, textualmente: “Para trabalhar nos engenhos de cana-de-açúcar, foi adotada a mão de obra escrava: pequena parcela de indígenas e uma grande maioria formada por negros” (p. 10). Além disso, não há qualquer tipo de comentário acerca de como os africanos foram trazidos para o Brasil, em quais condições, quantos foram e a partir de qual data, ou algo do gênero.

Para falamos sobre os africanos no período colonial não podemos esquecer que eles não vieram para o Brasil, e sim foram traficados, arrancados do seu lugar de origem, de suas casas, de suas famílias e trazidos para um país que eles não conheciam, onde se tornaram escravos sem direito a nenhuma condição digna de vida, inclusive vistos como povo sem alma, sem cultura, portanto não eram nada.

É certo que não podemos esperar que um livro didático voltado para público do 5º ano do Ensino Fundamental I, geralmente com turmas composta por crianças com idade a partir dos 09 anos, vá discutir em profundidade a questão. Todavia, é inadmissível que um livro "atualizado", que já deveria seguir as determinações estabelecidas legalmente por um vasto conjunto de diretrizes e orientações curriculares² voltadas para a temática continue a apresentar lacunas.

A Resolução 01, de 17 de junho de 2004, que instituiu as DCN, determina em seu Artigo 3º - Inciso 2º que as “coordenações pedagógicas promoverão o aprofundamento de estudos, para que os professores concebam e desenvolvam unidades de estudos, projetos e programas, abrangendo os diferentes componentes curriculares” (BRASIL, 2010, p. 32). Desse modo, era de se esperar que passados 11 anos dessa determinação os professores estivessem minimamente preparados para trabalhar com a temática.

Caso estivessem as lacunas poderiam ser sanadas, poderiam mostrar aos seus alunos que a escravidão moderna teve origem com a criação do comércio negreiro, assim como a formação das sociedades escravistas americanas viabilizadas pela “Diáspora Africana” – o

²A inserção do conteúdo de História e Cultura Africana e Afro-brasileira está orientada pelos seguintes documentos: Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura afro-brasileira e Africana – DCN (2004), Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006), Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2008) e outros mais documentos mais recentes.

processo de dispersão forçada do povo africano em diversas regiões do mundo. De acordo com os historiadores, a escravidão nas Américas foi considerada um paradoxo, porque acompanhou o progressivo desaparecimento da mesma instituição na Europa. A Igreja Católica era contra a escravidão e o Império Português teve grande expansão, devido ao crescimento da fé católica. De acordo com Gabriel Aladrén:

As guerras contra os muçulmanos no Norte da África no século XV expandiram a instituição da escravidão. O cativo dos mouros, capturados nas guerras justas, era pensado como uma forma de convertê-los à fé católica e incorporá-los ao Império Português. Tais justificativas foram ampliadas na medida em que o projeto colonizador português avançava pela África e pela América (ALADRÉN, 2010, p.72).

Havia um estatuto jurídico do escravo que era natural para a sociedade portuguesa, e este foi o ponto principal para a expansão do tráfico atlântico e a formação de uma sociedade moderna no Brasil Colonial. O maior tráfico de escravos foi o tráfico atlântico, e este teve início no século XV e foi até o XIX. Foram milhões de africanos retirados de seus territórios, onde 12,5 milhões foram embarcados, 11 milhões chegaram às Américas, e só 40% tiveram como destino o Brasil.

Os responsáveis por esse tráfico eram brasileiros junto com ingleses, holandeses, franceses e portugueses, eles também organizaram os navios negreiros. A escravidão é muito antiga na África. Na própria África existia a escravidão e o comércio de escravos, à medida que o tráfico atlântico teve início, isso representou uma mudança muito negativa, porque o que importava os interesses econômicos entre traficantes e membros das elites africanas. De acordo com Novais:

Considera que o tráfico atlântico se tornou um eixo da acumulação mercantilista europeia, enquanto a escravização de indígenas seria uma atividade pouco controlada pela coroa portuguesa. Assim, os interesses metropolitanos nos tráfico. Teriam sido fundamentais para a substituição da mão de obra indígena pela Africana (NOVAIS *apud* ALADRÉN, 2010, p.75).

Como os negros africanos eram mais fortes e tinham porte físico melhor que os indígenas, os escravos africanos substituíram o lugar dos indígenas. Dessa forma os indígenas tornaram-se livres, enquanto os escravos africanos tornaram-se cada vez mais escravizados. Alguns indígenas continuaram em várias regiões do Brasil durante a escravidão africana. A escravidão que surgiu no século XVII era diferente das outras existentes. Os escravos tinham muitas funções e diferentes etnias, ou seja, gregos, eslavos, egípcios, ingleses e alemães. Os

filhos poderiam ter sua alforria e melhores condições de vida. De acordo com Gabriel Aladrén (2010):

Os escravos, em geral, eram soldados ou eram mulheres, muitas vezes concubinas dos líderes das comunidades. A tendência era que os filhos dos escravos ficassem livres, sendo incorporados á linhagem do grupo dominante. Tanto na Europa quando na África, a utilização mercantil dos escravos era mais restrita e eles não eram massivamente utilizados para a produção de mercadorias (ALADRÉN, 2010, p.77).

Mesmo os negros que não eram escravos, eram vistos como escravos por causa da cor da sua pele tornou-se uma marca usada para distinguir a classe social. Conforme as formas das colônias desenvolviam-se a escravidão também se alterava. De acordo com estudos dos historiadores, a colonização portuguesa obedecia aos interesses do capital mercantil, ou seja, a economia só servia para a exportação de mercadorias que usava a mão de obra africana. O “Tema 2”, cujo conteúdo refere-se a “A ocupação do território”, não faz qualquer tipo de discussão textual sobre a presença africana no processo de interiorização do Brasil Colônia. Todavia apresenta quatro iconografias, a saber:

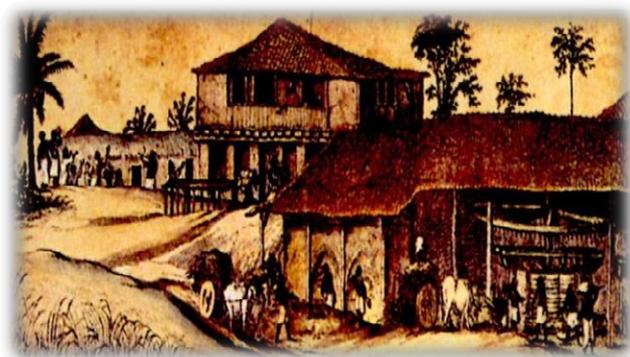


Figura 05: Engenho de açúcar em Itamaracá (1643)

Fonte: Livro Didático de História Projeto Buriti – 5º Ano (p.13).

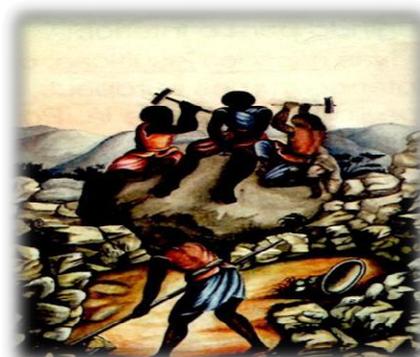


Figura 06: Escravos Britadores (Século XVIII)

Fonte: Livro Didático de História Projeto Buriti – 5º Ano (p.13).

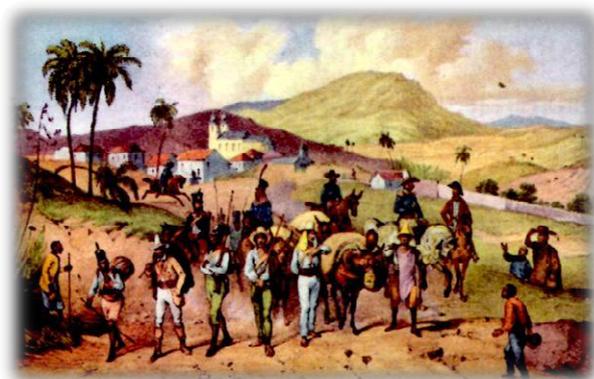


Figura 07: Comboio de diamantes passando – Gravura de Johann Rugendas, 1835.

Fonte: Livro Didático de História Projeto Buriti – 5º Ano (p.13).



Figura 08: Um sertanejo, de Henry Koster, 1816.

Fonte: Livro Didático de História Projeto Buriti – 5º Ano (p.13).

No “Tema 3” discute-se “A resistência de indígenas e de negros escravizados”: A mão de obra indígena e africana; Os portugueses escravizaram indígenas e africanos; A resistência dos indígenas; A resistência dos negros escravizados. Nesse último subitem, os autores discutem as diversas formas de resistência dos negros africanos para cá forçadamente trazidos: lutaram e resistiram ao cativo, fugiram, cometeram suicídio ou caíram em depressão, revoltaram-se contra seus senhores e capatazes cometendo assassinatos contra eles.

Os mesmos fugiam em grupo ou individualmente e formavam povoados que ficaram conhecidos como quilombos. Além dos escravizados fugidos, viviam também alguns indígenas, pessoas livres pobres e indivíduos açoitados pela polícia, esses eram os perseguidos da época. O maior quilombo e mais conhecido foi Palmares, no século XVII, na Serra da Barriga, atual estado de Alagoas. Este quilombo existiu por 90 anos e foi destruído em 1694 pela expedição do bandeirante Domingos Jorge Velho.

De acordo com Salles e Soares (2005), Palmares teve início entre os anos de 1605-1606 e seu apogeu entre os anos 1630 a 1654, na mesma época da guerra entre portugueses e holandeses que disputavam o Nordeste brasileiro. O Quilombo de Palmares tornou-se uma fortaleza e reunia dez mocambos, o maior deles era o do Macaco, e este se localiza no estado de Alagoas. Ele sofreu três tentativas de destruição e saiu com êxito.

Em 1612 os portugueses promoveram a primeira tentativa, e a sua destruição ocorreu em 1694, uma verdadeira guerra. Segundo Salles e Soares (2005, p. 39): “Os palmarinos viviam da caça, pesca e coleta, praticando também a agricultura de milho e feijão. Cultivavam cana-de-açúcar e parece que desenvolveram alguns ofícios artesanais, até mesmo a

metalurgia”.A maior parte da população era negra de origem africana e de pessoas nascidas em Palmares, os africanos tinham diferentes etnias, mas a sua grande maioria era bantos. Tinha índios, brancos e mouros.Eles praticavam diferentes cultos religiosos de origem africana e práticas católicas também. Como afirmam Salles e Soares (2005):

A partir de 1670, no período em que os portugueses retomaram seus ataques contra Palmares, Ganga Zumba chefe do mocambo de Macaco, fundado em 1642, foi a principal liderança, com ascendência sobre outros grupos não diretamente a ele ligados. Ele teria sido eleito rei pelas lideranças de outros mocambos além do seu. Em 1677, uma expedição militar portuguesa, sem obter êxito na destruição do quilombo, capturou diversos parentes de Ganga Zumba, entre eles alguns de seus filhos e seu irmão (SALLES; SOARES, p.39).

Palmares foi destruída em 1694, depois de 42 dias de cerco, Zumbi fugiu, mas foi capturado e morreu em 20 de novembro de 1695, ele teve sua cabeça decepada e enviada para Recife, onde foi exposta em praça pública. Neste momento teve fim a resistência mais longa e a escravidão moderna na América.

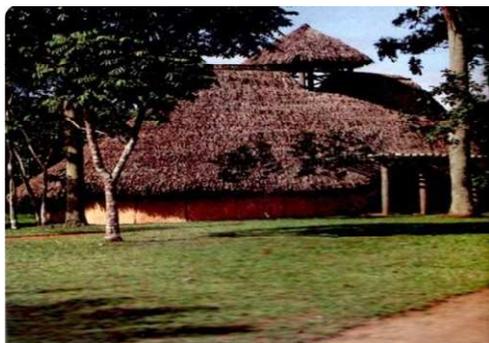


Figura 09: Representação de uma habitação do Quilombo Palmares

Fonte: Livro didático de História –5ºAno (p. 14)

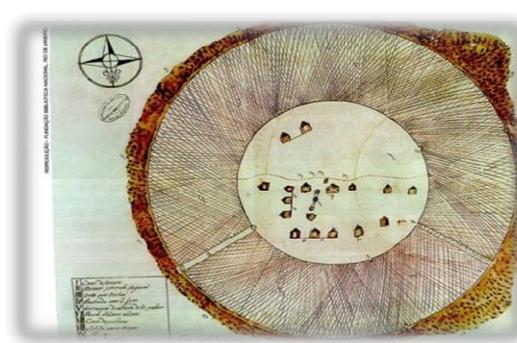


Figura 10: Representação de uma comunidade quilombola

Fonte: Livro didático de História –5ºAno (p. 18)

O livro em estudo traz uma serie de informações relevantes, que durante muito tempo ficaram ausentes dos livros de História do Brasil e, o mais importante, tratadas numa perspectiva de valorização (ver Figura 11). Por exemplo, a iconografia 09 é bem interessante, representa a planta de um Quilombo de São Gonçalo, em Minas Gerais. É uma aquarela de autoria desconhecida, do século XVII. Traz detalhes, a partir das marcações na imagem, da estrutura de organização: casa de terreiro; buracos para a fuga; horta; entrada com dois alçapões; trincheira (paliçada); caminho entre casas; casa de pilões; saída com barreiras; mata e a casa de tear.

Logo em seguida, traz um “Item” denominado: “Ampliação”, no qual irá apresentar aspectos das manifestações culturais de herança ou influência africana: esportes, música, dança, poesias e um conjunto de questões voltadas para fixação do conteúdo trabalhado. Na “Ampliação” os autores discutem a “História da Capoeira”, “Capoeira e Resistência”, “Proibição da Capoeira”, “Música” e a “Capoeira como esporte”.

No texto afirmam que não se sabe ao certo se a praticada capoeira tenha surgido no Brasil ou na África, mas se sabe que ela nasceu da união de danças tradicionais africanas e de movimentos dos golpes utilizados nas lutas. A capoeira era usada como forma de defesa durante as fugas dos africanos e dos seus descendentes. Usavam-na contra os capitães do mato, era uma expressão do poder e força, razão pela qual durante muito tempo a capoeira foi proibida no Brasil. Tanto que em 1890 foi instituída uma lei que permitia a prisão e a pena de trabalhos forçados para quem a praticasse³. Para ilustrar traz uma série de imagens dos instrumentos musicais (atabaque, berimbau, caxixi, bongô e pandeiro) e diz que a música era usada para enganar os senhores, para fazê-los pensar que era uma dança, e não luta. Conclui com o seguinte quadro:

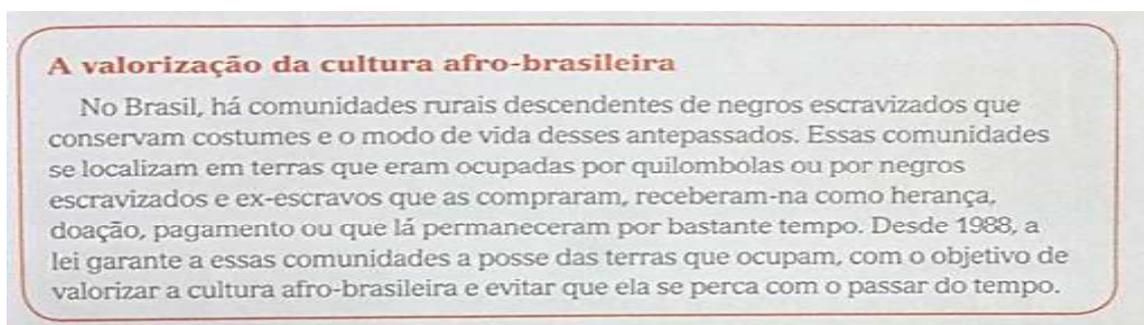


Figura 11: Texto discursivo sobre a cultura afro-brasileira

Fonte: Livro didático de História –5º Ano (p. 15)

³De acordo com os autores, só em 1930 que a capoeira foi permitida, no início somente o som das palmas e o batucado dos tambores ditavam o ritmo, depois outros instrumentos foram constituindo a roda como o berimbau, o caxixi, o bongô e o pandeiro. Obs.: a música era usada para enganar os senhores e feitores, fazendo – os pensar que aquilo era uma dança e não uma luta, as letras relatavam a vida nas senzalas, dos escravos da liberdade a ser conquistada (p, 16-19) fala sobre o negro. No item o que você aprendeu tem atividades e no item para ler e escrever melhor tem outro texto e outra atividade com o tema a destruição da Mata atlântica (cf. pp. 16-17).



Figura 12: Instrumentos musicais da capoeira

Fonte: Livro didático de História –5ºAno

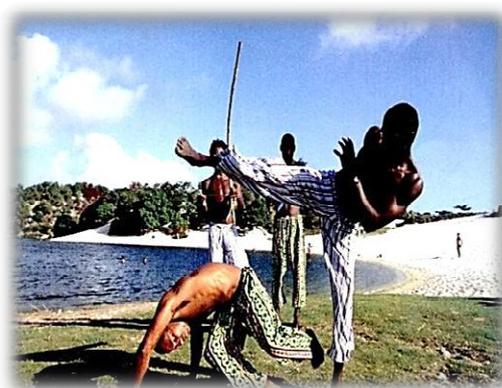


Figura 13: A capoeira como esporte

Fonte: Livro didático de História –5ºAno

A segunda unidade temática do livro é intitulada “A sociedade do ouro”. Discute o papel da “Descoberta de ouro e de diamante” após o declínio do ciclo da cana-de-açúcar – que até o fim do século XVII havia sido a principal fonte de lucros do Brasil. Quando, na mesma época, os holandeses começaram a produzir cana-de-açúcar e passaram a vender açúcar na Europa por um preço menor do que o que era produzido no Brasil, diminuíram significativamente os lucros dos portugueses.

Com a descoberta do ouro, no início do século XVIII, muitas mudanças ocorreram no Brasil, desde guerras, a exemplo da Guerra dos Emboabas (disputa de território entre as pessoas que vinham de várias regiões da Colônia e de Portugal) ao processo de ocupação e interiorização. A exploração do ouro também propicia o surgimento de muitas vilas e cidades,

uma sociedade urbana. Mas mudará a fonte de exploração da riqueza e a base da mão de obra permanecia escrava:

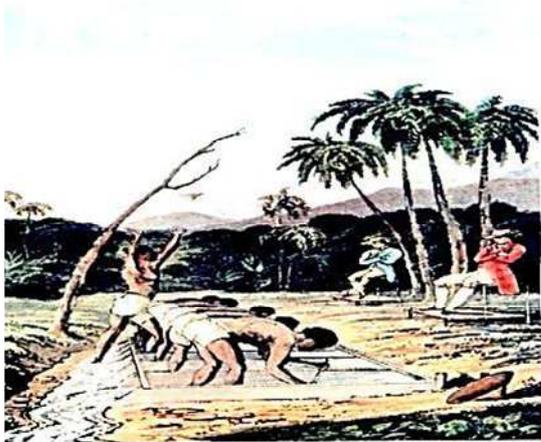


Figura 14: Trabalhando nos garimpos de diamantes

Fonte: Livro didático de História –5ºAno

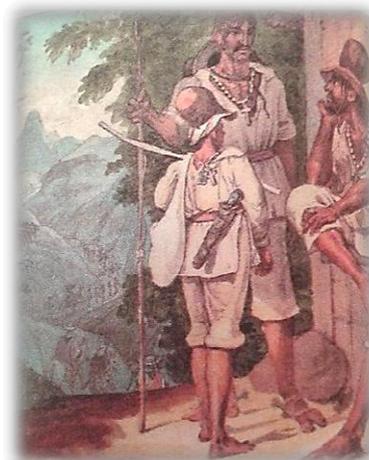


Figura 15: Tropeiros pobres de Minas Gerais

Fonte: Livro didático de História –5ºAno

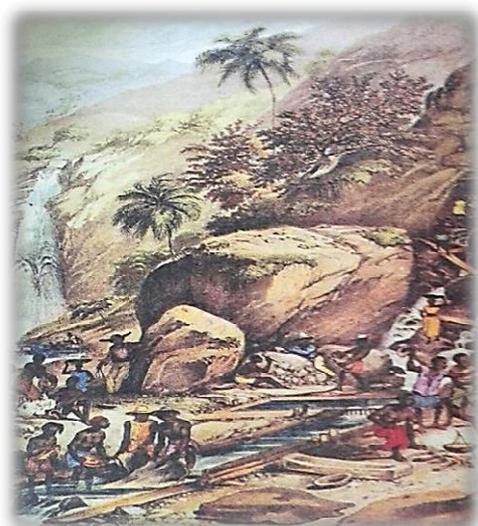


Figura 16: Lavagem do minério do ouro

Fonte: Livro didático de História –5ºAno



Figura 17: Garimpeiros com bateia, em Minas Gerais, 1885. Foto de Marc Ferrez.

Fonte: Livro didático de História –5ºAno

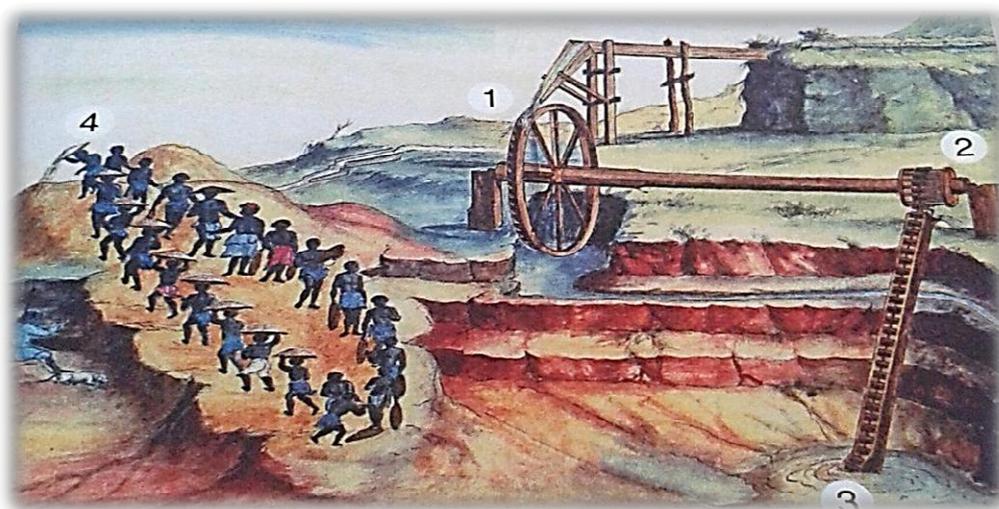


Figura 18: Formas de extração do ouro dos rios

Fonte: Livro didático de História –5ºAno

Portanto, em Minas Gerais, no século XVIII, os trabalhos mais comuns estavam ligados às “pedreiras” (minas). As imagens acima ilustram os tipos de trabalho, a exemplo dos “Escravos britadores”, um dos trabalhos mais exaustivos da época. Nas iconografias vemos os negros lavando diamantes no Rio Jequitinhonha, em Cerro Frio (gravura de John Mawe, 1812). Geralmente, os escravizados trabalhavam em canoas, caixas de madeira abertas e inclinadas no sentido do fluxo da água, sob a observação de senhores bem vestidos que não estavam sós a olhar os escravos trabalhando no sol com seus corpos curvados.

Com a formação de núcleos urbanos, os arraiais e vilas, foi surgindo uma diversidade maior de atividades e profissionais – mais que nos engenhos. Havia pessoas com muitas posses, donos de minas, fazendeiros e altos funcionários, a camada intermediária, comerciantes, funcionários públicos e homens livres pobres, pedreiros, carpinteiros, alfaiates, tropeiros, ex-escravos, etc.

Os negros escravizados, eram responsáveis por realizar todo tipo de trabalho, formavam a maioria da população – discussão que o livro apresenta no “Tema 3”: o trabalho nas minas, sub temas (Quem trabalhava nas minas?). Os negros escravizados que vieram da chamada Costa da Mina, na África Ocidental. Como esses africanos já praticavam a mineração nas terras de origem, eram preferidos pelos portugueses para trabalhar na extração do ouro. Como era o trabalho nas minas? No início a mineração era aluvial, buscava-se o ouro nas margens e nos leitos de córregos e de rios.

As condições de trabalho eram precárias, os trabalhadores passavam o dia todo com as pernas dentro da água, eram mal alimentados e castigados, quando cometiam erros, muitos

morriam com doenças pulmonares, malária e acidentes nas minas. Em busca da liberdade, alguns negros escravizados juntaram ouro para comprar sua liberdade. Eles conseguiam ouro na mineração clandestina feita à noite ou nos dias de folga. Quando as riquezas das minas começaram a esgotar-se muitos senhores libertaram seus escravos, pois não podiam sustentá-los. No item “Ampliação” os autores trazem para discussão o papel do negro na sociedade, visto a partir de outra perspectiva: religiosidade e arte. Observem como a questão foi apresentada:

AMPLIAÇÃO

Religião e arte

O barroco mineiro

No século XVII, o barroco foi o estilo artístico mais importante na região mineradora. Suas características são as curvas e os relevos nas construções e nas esculturas, o uso da cor dourada e a expressão dramática nas imagens de santos e de anjos.



Fachada da Igreja de São Francisco de Assis, no município de Ouro Preto, estado de Minas Gerais, 2007.



Altar da Igreja Matriz de Santo Antônio, no município de Tiradentes, estado de Minas Gerais, 2005.

A importância das irmandades

Durante o século XVIII, os principais responsáveis pela vida religiosa e pela construção de igrejas e conventos na região mineradora foram as **irmandades**, associações que cultuavam santos católicos.

Havia irmandades compostas somente de brancos e outras só de negros. Naquela época, era permitido praticar apenas a religião católica. Por isso, nas irmandades de negros, as religiões africanas eram misturadas aos rituais católicos. Por exemplo, os **orixás** do **candomblé** foram associados a santos católicos: Ogum correspondia a São Jorge ou a Santo Antônio; Iemanjá à Nossa Senhora, entre outros casos.

Figura 19: A participação do negro na religião

Fonte: Livro didático de História –5º Ano

Dois grandes artistas do barroco mineiro

Antônio Francisco Lisboa, conhecido como Aleijadinho, foi um dos maiores representantes do barroco brasileiro. Muitas de suas obras podem ser encontradas em museus e igrejas, principalmente em Ouro Preto, no estado de Minas Gerais.

Outro grande artista do barroco mineiro foi Manoel da Costa Ataíde, mais conhecido como Mestre Ataíde. Além de grande pintor, foi entalhador, arquiteto, músico e professor de arte.

Assim como outros artistas mulatos, Aleijadinho e Mestre Ataíde foram responsáveis por construir e embelezar igrejas de irmandades de brancos. No entanto, eles eram proibidos de frequentá-las por causa da cor de sua pele e de sua origem.



Pintura do teto da Igreja de São Francisco de Assis, feita por Mestre Ataíde, no município de Ouro Preto, estado de Minas Gerais, 2006.



Profeta Habacuc, escultura em pedra-sabão de Aleijadinho, no município de Congonhas, estado de Minas Gerais, 2008.

ATIVIDADES

- O que eram as irmandades? Para que elas serviam?
- O catolicismo era a única religião permitida na colônia. Isso impediu os negros escravizados de praticarem as religiões de origem africana? Por quê?
- Observe as imagens nessas páginas. Quais características do barroco mineiro você identifica em cada uma delas?

Figura 20: Na arte em Minas Gerais

Fonte: Livro didático de História –5º Ano

Discute como o Barroco mineiro é um dos estilos artísticos mais importantes do Brasil. A importância das irmandades (cultuavam santos católicos). Havia irmandades somente de brancos, e outras só de negros, no século XVIII. Era permitida apenas a prática da religião Católica. Por este motivo nas irmandades de negros as religiões africanas eram misturadas aos rituais católicos. Por exemplo: os orixás do Candomblé foram associados a santos católicos, Ogum correspondia a São Jorge ou a Santo Antônio; Iemanjá a Nossa Senhora, entre outros.

Dois grandes artistas do Barroco mineiro foram Antônio Lisboa, conhecido como Aleijadinho, um dos maiores representantes do Barroco Brasileiro. Suas obras podem ser encontradas em museus e igrejas, principalmente em Ouro Preto, no estado de Minas Gerais.

Outro grande artista do Barroco mineiro foi Manoel da Costa Ataíde, mais conhecido como Mestre Ataíde, além de grande pintor, foi entalhador, arquiteto, músico e professor de arte. Assim como outros artistas mulatos, Aleijadinho e Mestre Ataíde foram responsáveis por construir e embelezar igrejas de irmandades de brancos. No entanto eles eram proibidos de frequentá-las por causa da cor de sua pele e de sua origem.

Em seguida, atividades sobre o Barroco e leitura de uma imagem mostrando como se extrai ouro no Rio das Velhas e nas partes em que há rios. E finalizando a Unidade 2 tem um texto sobre crianças trabalhadoras no passado e no presente, fala sobre a questão da exploração do trabalho infantil no Brasil e faz um resgate no passado, onde durante a escravidão os filhos dos escravos eram obrigados a trabalhar desde pequenos. A partir dos 04 anos de idade a criança começava a aprender alguns ofícios e aos 14 fazia serviços iguais a um adulto.

Compreenda a leitura

1 Que tipo de trabalho as crianças realizavam no passado?

Refleta

2 Qual atividade a criança representada na aquarela da página ao lado está realizando? Em sua opinião, essa tarefa é adequada a uma criança?

3 Observe as imagens e leia as legendas.



A

Retrato, fotografia de Alberto Henschel, 1870.



B

Criança trabalha na rua vendendo bombons e bebidas, em Taguatinga, no Distrito Federal, 2009.

a) Quando cada fotografia foi tirada?

b) O que há de semelhante entre o que é mostrado nas fotos?

c) O trabalho infantil é um problema que ocorria só no passado? Justifique.

d) Você já viu uma situação semelhante à mostrada na foto B? Onde? Converse com seus colegas sobre o que poderia ser feito para acabar com o trabalho infantil no Brasil.

35

Figura 21: Crianças trabalhadoras no passado e no presente

Fonte: Livro didático de História – 5º Ano (p. 35).

Também são apresentadas outras imagens de negros e seus ofícios, que iam desde amolador de facas a barbeiro (imagem de Jean Baptiste Debret, 1834 a 1839). As iconografias retratam o cotidiano da época, as atividades desenvolvidas. É interessante ressaltar que, de forma recorrente, as pessoas retratadas em situação de trabalho são sempre os negros. E quando pessoas brancas são retratadas, as mesmas aparecem em situação de repouso, observação/fiscalização, a exemplo do está retratado na Figura 21. Outro detalhe nessas imagens: o negro é posto em condição de submissão, subserviência, humilhante. Nesse caso, cabe ao professor chamar atenção para o fato do que significa, qual a intenção do que ali aparece retratado.

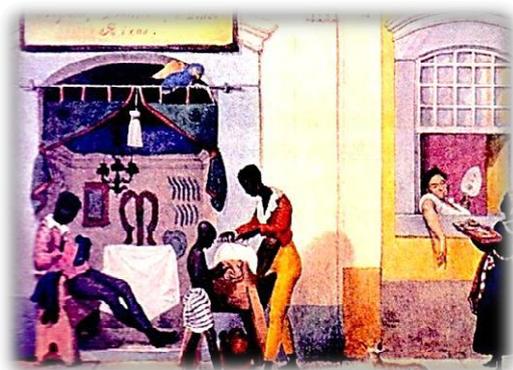


Figura 22: Loja de barbeiro

Fonte: Livro didático de História –5ºAno.



Figura 23: Negro de ofício

Fonte: Livro didático de História –5ºAno.

Chegamos à Unidade 3: voltada à discussão do “Processo de Independência do Brasil”. Inicia discussão falando como a insatisfação com a “Coroa” havia produzido diversos movimentos de “insurreição” por todo o território brasileiro, a exemplo dos movimentos de Minas Gerais (Inconfidência Mineira) e da Bahia (Conjuração Baiana). Esses movimentos combatiam a alta dos impostos e os alimentos, lutavam pela independência do Brasil e pelo fim da escravidão. Apresenta todo o processo da independência até chegar à discussão do “início do Brasil independente”. Em nenhum trecho dessa Unidade faz qualquer tipo de referência aos negros, é como se os mesmos não tivessem participado ou contribuído com o processo – falha do livro.

A gravura de duas páginas que abre a Unidade 4 é bem ilustrativa de como o negro continuaria a ser visto no Brasil: servil, escravizado, “pé-no-chão”, desigual. Observem: as pessoas na rua estão curvadas para o “casal real”, a cena também é composta por pessoas

negras em condição de trabalho: carregando objetos em suas cabeças, mal vestidos, pés ao chão.



Figura 24: O imperador D. Pedro I e a imperatriz.

Fonte: Livro didático de História –5ºAno (p. 50)

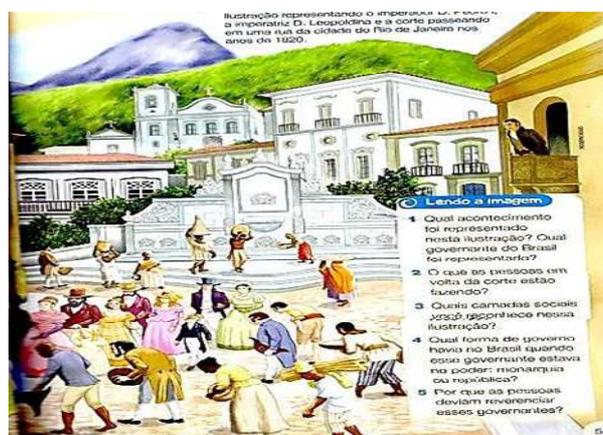


Figura 25: Passeando pelas ruas do Rio de Janeiro – 1820

Fonte: Livro didático de História –5ºAno (p. 51)

É importante frisar, que mesmo após a separação do Brasil de Portugal não aconteceram mudanças significativas na forma como a nação se organizava econômica e socialmente – a maioria da população, que era formada de escravos e de pessoas livres pobres (negros e mestiços), permaneceu sendo explorada. A escravidão continuou a ser praticada e grande parte da população permaneceu na miséria. Ao contrário da igualdade que os movimentos políticos e libertadores imaginavam alcançar, a desigualdade aumentou, a sociedade foi tornando-se cada vez mais estratificada.

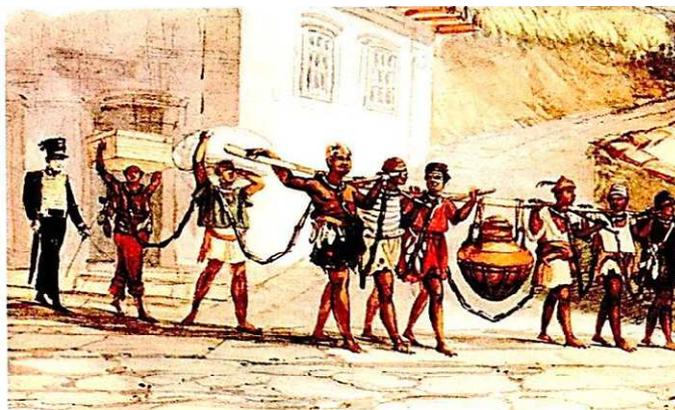


Figura 26: Negros acorrentados

Fonte: Livro didático de História –5ºAno (p.53).

E essa separação acontecia em todos os espaços, inclusive nas festas: as privadas, que aconteciam nas casas, nos palacetes ou no palácio imperial, mas nem todas as festas privadas eram festas de pessoas ricas; as festas populares aconteciam nas ruas ou em praças públicas, a exemplo da “Festa do Divino”, da qual participavam negros com o seu batuque, nesse espaço os negros escravizados e homens livres batucavam e dançavam em rodas.



Figura 27: Festas privadas e a presença dos escravos domésticos – Século XIX

Fonte: Livro didático de História – 5º Ano



Figura 28: Festas públicas – Coroação de reis negros – Século XVIII

Fonte: Livro didático de História – 5º Ano

Para fechar a Unidade 4 vem o item “Ampliação”, também traz uma discussão acerca da presença do escravo no cotidiano, durante o Período Colonial. Mostra que grande parte do trabalho “pesado” era feita pelos escravizados, pois a elite considerava esse tipo de serviço degradante. Este pensamento, inclusive, ainda hoje faz parte do imaginário do povo brasileiro. Desse modo, os escravizados continuavam completamente responsáveis pelos trabalhos manuais, eles estavam presentes nos engenhos, roças, minas, no interior das casas e nas ruas das cidades, realizando os mais variados serviços.

Em decorrência da crise econômica e das mudanças instaladas, vários senhores proprietários de escravos passaram a ser a única fonte de arrecadação de renda dos seus senhores – eram os “escravos de ganho”, uma forma de exploração presente, principalmente nas cidades. Nessa situação, os escravos realizavam seu trabalho fora de casa e no fim do dia (da semana ou do mês) deviam entregar uma quantia previamente combinada ao seu senhor. Os trabalhos exercidos: ambulantes, vendedores em quitandas, artesãos, transporte de cargas e de pessoas, barbeiro, marceneiro, sapateiro, amolador, etc. Se o escravo ganhasse mais do que havia sido combinado, o que sobrava do dinheiro ficava para os mesmos. Via de regra, o

dinheiro que sobrasse seria guardado e serviria para comprar suas cartas de alforria (liberdade).



Figura 29: Ofícios de negros

Fonte: Livro didático de História –5ºAno



Figura 30: Escravos de ganho e escravos domésticos

Fonte: Livro didático de História –5ºAno

Nas residências mais ricas existiam os “escravos domésticos”, cuja função exclusiva era cuidar do lar – supervisionados pela esposa do senhor: esses “escravos” lavavam e engomavam roupas, cozinhavam, serviam senhores e convidados, cuidavam das crianças, faziam reparos na casa, coletavam lixo e esgoto, buscavam água, entre outras tarefas. Na Unidade 5 discute o “Governo de D. Pedro II” e as diversas “rebeliões que marcaram o período”, das guerras externas aos movimentos em defesa da abolição.

No “Tema 3” traz uma discussão das lutas pelo fim da escravidão a partir das diversas estratégias de resistência utilizada pelos escravizados (fugas, rebeliões, assassinatos, organização dos quilombos e diversas outras estratégias) até os movimentos políticos que deram sustentação ao Movimento Abolicionista em suas várias etapas, a exemplo das leis do “Ventre Livre”, dos “Sexagenários” até a “Lei Áurea”. Apresenta as imagens das lideranças negras da época que se tornaram símbolo da luta pela libertação, a exemplo do poeta, jornalista e advogado Luiz Gama. E discute as mudanças instaladas com a Proclamação da República.

Mais adiante, na sequência, é apresentado um conteúdo que, apesar da simplificação explanatória, é suficiente para promover uma riquíssima discussão. Explica de forma bem didática de onde surgiu a ideia de tornar o dia 20 de novembro representação da luta e da resistência do povo negro brasileiro, pois a data do 13 de maio (assinatura da Lei Áurea) “não trouxe mudanças significativas” para a vida dos negros escravizados e dos seus descendentes. De tal forma, a data de 20 de novembro (morte do líder negro Zumbi) era muito mais

simbólica dessa luta, porque trazia a marca da maior luta de resistência dos escravizados no Brasil: o Quilombo dos Palmares. Ao mesmo tempo, reconhecia Zumbi como um herói nacional e valorizava a sua luta (ver Figuras 32 e 33).

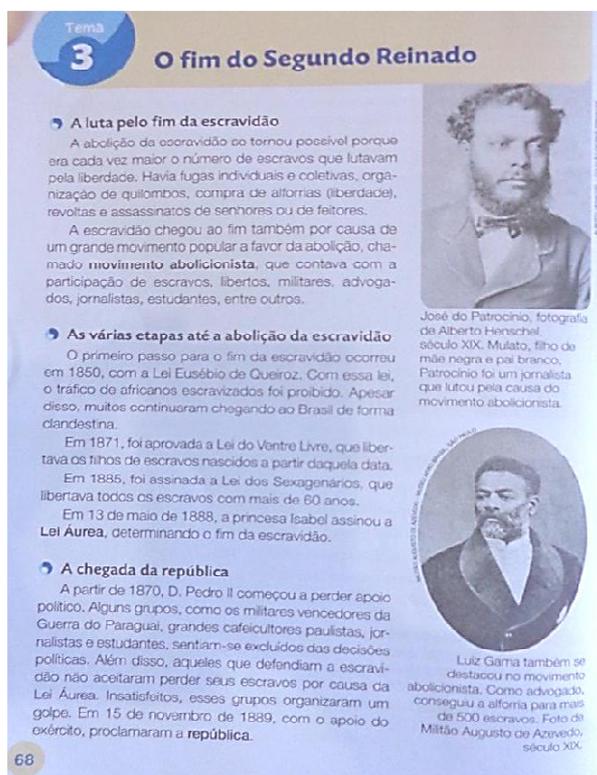


Figura 31: A luta pela abolição

Fonte: Livro Didático de História – Projeto Buriti

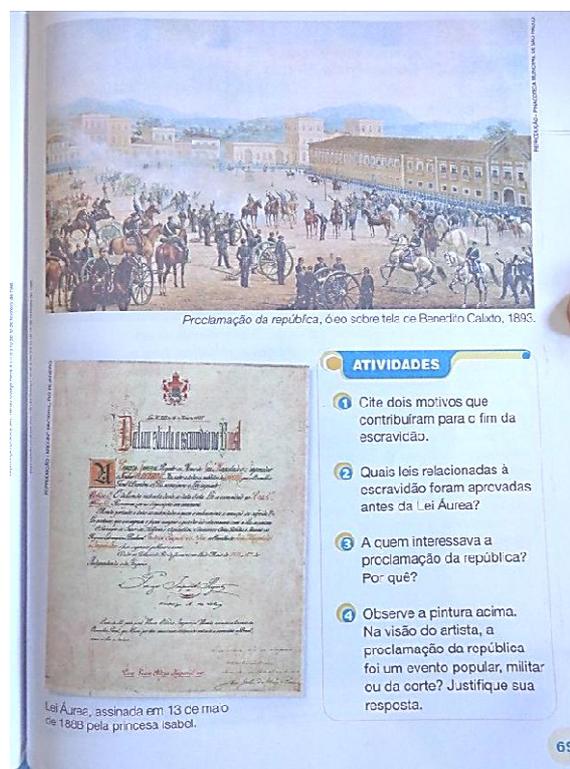


Figura 32: Os abolicionistas

Fonte: Livro Didático de História – Projeto Buriti

A luta pelo fim da escravidão, a abolição da escravidão se tornou possível porque era cada vez maior o número de escravos que lutavam pela liberdade. A escravidão também chegou ao fim por causa de um grande movimento popular a favor da abolição, chamado movimento abolicionista que contava com a participação de escravos, libertos, militares, advogados, jornalistas, estudantes entre outros.

Esta Unidade também discute o crescimento econômico, tanto gerado pelo uso de novas tecnologias, como gerado pela riqueza do café. E mais uma vez os negros aparecerão como os trabalhadores da lavoura cafeeira e na condição de escravos. As lavouras de café precisavam de uma grande quantidade de trabalhadores, razão pela qual muitos africanos escravizados foram trazidos para o Brasil na primeira metade do século XIX, mesmo que em 1850 o tráfico de africanos houvesse sido proibido. A Figura 33 retrata a imagem dos negros

escravizados trabalhando na secagem de café em uma fazenda em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro em 1865.



Figura 33: Negros trabalhando na secagem do café – Rio de Janeiro, 1865.

Fonte: Livro Didático de História – Projeto Buriti

A partir de então teremos mais quatro unidades: 6, 7, 8 e 9. Apenas uma delas (a 6ª) fará referência ao negro. Além de uma fotografia retratando mulheres como vendedoras e um texto no qual revela que, após a abolição, os ex-escravos formaram a camada mais pobre da nossa sociedade, marginalizados. No texto há um sentido de denúncia, afirma que após a “libertação” o governo brasileiro não adotou nenhuma política de integração social. Foram expulsos das fazendas e passaram a ocupar as periferias das áreas urbanas, vivendo em precárias condições.



Figura 34: Vendedoras de rua, Rio G. do Sul, século XX.

Fonte: Livro Didático de História – Projeto Buriti

E sumiu o negro da História do Brasil. Não mais se fala sobre o mesmo.

2.3 Avaliação do livro didático

O livro contribui para elucidar a questão africana e afro-brasileira, mas ele não foca na importância do mesmo para a formação da sociedade brasileira. A diversidade cultural local é considerada, como também o convívio social e a ética. Podemos observar a existência de algumas lacunas nos conteúdos. Como o livro quase não é utilizado fica um pouco difícil dizer se o corpo docente o aceita ou rejeita. Em alguns aspectos o livro atende às diretrizes/orientações dos Parâmetros Nacionais, mas não o menciona em nenhuma parte do livro.

A linguagem mostra pensamentos de negação e preconceito por que as partes onde o negro aparece e sempre de forma submissa, rebaixada é sempre servindo e trabalhando. São raros os momentos em que o negro aparece sem estar a cumprir obrigações e isso leva aos alunos a visão que o negro só serve para executar trabalhos pesados e sempre o empregado que não serve para ocupar melhores posições no mercado de trabalho. Em relação aos conteúdos o livro é bem organizado, ele faz um resgate de acontecimentos, porém em alguns momentos ele só citar algumas informações e não aprofundar os assuntos. Mas o livro mostra muita coisa é possibilita a quem utiliza-lo a oportunidade de fazer pesquisas para aprofundar os acontecimentos vivenciados em determinadas épocas.

A metodologia trabalha fatos e acontecimentos na perspectiva crítica reflexiva e discursiva. Na iconografia as imagens revelam em alguns momentos que o negro era um excelente trabalhador que ele criou locais de refúgios para se abrigarem quando conseguiram se liberta por meios de fugas, as formas de resistência. E retratada ainda a capoeira que era vista como pelos senhores como uma dança e na verdade era uma forma de luta para se livra dos senhores e capatazes. Em outras imagens podemos observa como o negro era tratado eles tinham jornadas de trabalho muito longas e condições de trabalho precárias e desumanas sem esquecer as humilhações pela qual essas pessoas passaram.

Em outros momentos, enquanto a Corte divertia-se comemorando o início da independência do Brasil, os negros aparecem ao fundo da imagem mal vestidos, pés descalços e trabalhando. Outra imagem mostra os negros acorrentados um ao lado do outro carregando várias coisas em suas cabeças. Há um momento no qual o negro aparece comemorando o batuque de pretos, os negros aproveitavam o dia de Santa Ana para batucarem e dançarem nas rodas, onde negros escravos e homens livres participavam.

Em outro momento o livro traz a imagem de negras vendedoras e negros sapateiros, os escravos domésticos. Em relação às datas comemorativas para o negro, o livro traz o Dia da Consciência Negra representado na imagem de um cartaz da 5ª Semana da Consciência Negra de São Leopoldo. O livro também fala sobre o “13 de maio de 1888” e traz a imagem do monumento em homenagem a Zumbi dos Palmares. E por fim o livro traz a imagem dos livros como sugestões de leituras.

As atividades valorizam o correto e há momentos em que os alunos podem refletir antes de responder as questões, mas não possibilita o questionamento sobre o conteúdo para reconstruí-lo, não há espaço para espontaneidade, as perguntas estão sempre relacionadas aos conteúdos. Na abordagem ensina-se a teoria, mas na prática não acontece. O fundamento teórico principal, de acordo com a organizadora Roseane Cristina Thahira, é estimular a curiosidade e desvendar as histórias presentes por toda parte, e podemos investigar e descobrir. A bibliografia utilizada é uma junção de vários autores e conteúdos selecionados para montar este livro.

O livro de História do “Projeto Buriti” traz em seus conteúdos algumas abordagens sobre o negro no decorrer da História no Brasil e algumas datas comemorativas. Durante a análise observamos que o negro aparece em vários momentos só que sempre de maneira desfavorecida e sem valor. Nas imagens utilizadas (fotografias e iconografias de vários artistas plásticos famosos na época), os negros são retratados apanhando, nus, posição de subserviência (cócoras ou ajoelhado diante de algum branco) e executando trabalhos vários.

As imagens deixam transparecer a diferença socioeconômica existente entre negros e brancos, visualizadas tanto no vestuário quanto nos espaços apresentados. Em todos os momentos o negro aparece como empregado, sempre trabalhando e servindo os seus senhores. Os negros aparecem como sujeitos ativos porque sempre estão cumprindo ordens, em minha opinião a imagem que é passada para os alunos através das imagens retratadas pelo livro e de que o negro só servia para trabalhar e servir, e que ele não ocupa melhores lugares nos espaços de trabalho na sociedade por que ele é visto como coitado, desprezado que só serve para trabalhar no pesado.

De acordo com orientações e diretrizes legais estabelecidas a partir do final dos anos de 1990 – especificamente com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) em 1998 – os conteúdos a serem trabalhados em sala de aula tornaram-se alvo de discussões e demandas de reformulação do material didático. Ganhando reforço em 2003 com a promulgação da Lei 10.639. Desde então, ano a ano, a proposta de inserção de um conteúdo

de História do Brasil mais justo e fiel aos fatos passou a ser uma exigência de todos os atores envolvidos na construção de um modelo de educação centrado no respeito à diversidade.

3 O PAPEL DO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA E A PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ETNICORRACIAL - RELATO DE UMA OBSERVAÇÃO

O livro didático assume essencialmente três grandes funções: de informação, de estruturação e organização da aprendizagem e, finalmente, a função de guia do aluno no processo de apreensão do mundo exterior. Deste modo, a última função depende de o livro permitir que aconteça uma interação da experiência do aluno e atividades que instiguem o estudante desenvolver seu próprio conhecimento, ou ao contrário, induzi-lo á repetições ou imitações do real. Entretanto o professor deve estar preparado para fazer uma análise crítica e julgar os méritos do livro que utiliza ou pretende utilizar, assim como para introduzir as devidas correções e/ou adaptações que achar conveniente e necessárias. (Grifo nosso). (WILDSON SANTOS E MARIA HELENA DA S. CARNEIRO, 2006, p. 206).

Nesse capítulo vamos apresentar os resultados das observações realizadas em uma turma do 5º ano, cujo objetivo era verificar o uso do livro didático de História adotado eo alcance do conteúdo de História e Cultura Afro-Brasileira e africana, e sua validade para efetivação do projeto de educação etnicorracial. Desse modo, averiguar se o livro em questão estava sendo utilizado, como estava sendo utilizado e se seu uso contribuía para fazer uma intersecção com a realidade do público ao qual se destina.

Considerando a obrigatoriedade da inserção desses conteúdos fez-se necessário realizar uma avaliação objetivava, do tipo análise diagnóstica do conteúdo do livro didático adotado. Sendo que ao avaliarmos o conteúdo do livro constatamos que o mesmo ainda apresentava muitas lacunas e continuava a abordar algumas questões de forma superficial, nesse sentido o aprofundamento das temáticas que o livro tratava dependeria da forma como cada professor trabalhasse a temática em suas aulas.

A escolha da turma observada não se deu de forma aleatória, ocorreu mediada pela indicação de uma colega de curso que já desenvolvia suas atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID) na escola e recomendou-a em decorrência da receptividade do corpo gestor e docente. Desse modo, no capítulo subsequente serão apresentados os resultados da observação das aulas de história e do uso do livro didático em questão.

Para verificar se o livro era adequado para trabalhar a temática afro-brasileira precisamos, além de estudar o livro detalhadamente, observar como este era usado em sala de aula. Esta verificação *inlócus* nos ajudaria a constatar como o uso do livro objeto do nosso estudo estava sendo utilizado na rede pública de ensino do município de Campina Grande,

para tanto tomamos como recorte uma turma do 5º ano de uma dada escola – cujo nome será referido apenas por suas iniciais: RSA.

3.10 uso do livro didático: observando o trabalho em sala de aula

A escolha da escola não ocorreu de forma aleatória, foi uma indicação de uma colega do estabelecimento no qual desenvolvia suas atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência (PIBID). Assim, no dia 29 de setembro de 2014, fui à referida escola para apresentar o projeto de pesquisa e explicar o porquê da necessidade de realizar a observação em uma turma do 5º ano. Nesse primeiro contato fui recebida pela gestora, para quem entreguei a declaração.

Depois de ler o documento, a mesma me fez algumas perguntas: Quantos dias eu pretendia realizar a observação? Como seria esta observação na turma? Após responder a todos os questionamentos, a mesma me autorizou a falar com a professora da turma do 5º ano/tarde, 2º ciclo final, composta por 27 alunos, de ambos os sexos, com idade variando entre os 10 a 14 anos.

Aguardei, e após o recreio, a professora veio conversar comigo. Durante a conversa a mesma me fez algumas perguntas: Como seria a minha observação e o que eu iria fazer? Nesse momento expliquei que faria a observação da turma uma vez na semana, preferencialmente no dia da aula de História, e o meu trabalho seria voltado mesmo para a análise do livro didático de História do 5º ano. Desse modo, para realizar a análise precisaria de um dos livros que a mesma utilizava em suas aulas com a turma. Como também observar algumas aulas de História, a fim de observar o uso do livro. Aproveitei para perguntar qual era o conteúdo estudado pelos alunos no momento. Respondeu-me que atualmente estava trabalhando a temática dos 150 anos de Campina Grande – PB, assim estava discutindo acerca dos monumentos; parques e bairros, entre outros pontos.

Depois dessa conversa, a mesma afirmou que me receberia em sua sala de aula. As aulas de História eram nas quartas-feiras, sempre no segundo horário, ou seja, após o recreio dos alunos. Então ela convidou-me para conhecer a turma. Chegando lá me apresentou para os educandos e falou que a partir da próxima semana iriam contar com a minha presença na sala de aula, pois eu precisava realizar um trabalho da universidade e era muito bem-vinda. Em seguida, foi até o armário e entregou-me o livro de História do 5º ano. Cumprimentei a turma, agradei a professora e fui embora para retornar na próxima semana para o meu 1º dia de observação.

3.1.1 A turma e a professora

A turma é composta por 27 (vinte e sete) alunos, sendo 16 (dezesesseis) meninas e 11 (onze) meninos. Apresenta algumas peculiaridades: aproximadamente 30% dos educandos, em torno de 08 (oito) membros, estão desnivelados (idade/série), apresentam comportamento “indisciplinado”, exigindo da professora responsável demonstração de controle para que a ordem seja estabelecida. Como em toda turma, existem aqueles interessados, estão na escola realmente para aprender, e tem aqueles que não querem estudar, ficam o tempo todo bagunçado e tirando a atenção dos outros mais. De modo geral é uma turma boa, são fáceis de trabalhar, só que exige do professor pulso forte e muito paciência para ensinar.

A professora da turma do 5º ano objeto da observação tem 57 anos de idade e já leciona há 28 anos, desse total, 11 anos dedicados à rede municipal. A educadora fez seu curso de formação inicial na Escola Normal (Pedagógico), depois entrou na Universidade para cursar a Licenciatura em Pedagogia. De acordo com o que nos relatou, a mesma sente-se feliz com o seu trabalho.

A prova é que, mesmo depois de aposentada, submeteu-se outra vez a um novo concurso público, voltando a trabalhar em sala de aula. Declarou-nos que “ser professora era um sonho de infância”, tempo em a que mesma “juntava os amigos e brincava de escolinha”. Quando perguntada se, caso tivesse a oportunidade de escolher outra profissão, teria mudado. A professora respondeu que “se fosse mais jovem” seria educadora, só que faria “um Mestrado e um Doutorado” para preparar-se para “ensinar em Universidades, mas em escolas não mais”. A mesma revelou que uma das dificuldades enfrentadas pela escola hoje é por falta de solidez da estrutura familiar. As crianças e adolescentes não têm bons exemplos para espelharem-se, no sentido de buscarem um futuro melhor.

Em relação ao conhecimento relativo à Lei 10.639/03, a professora falou que “desconhece”, por este motivo não a trabalha em sala de aula. Contraditoriamente, a mesma afirmou já ter participado de cursos de formação voltados para a temática. Disse-nos que, quando trabalhava a temática, era porque estava no planejamento, e geralmente isso acontecia apenas nas datas comemorativas.

Ao longo dos encontros para observação das aulas, em conversa informal (já que não se dispôs a responder um questionário), a professora fez algumas afirmações interessantes e ao mesmo tempo contraditórias, por exemplo: disse que não tem dificuldade em compreender a temática, desse modo, questionamos: o que a impede de trabalhá-la? Quando questionada

sobre qual a dificuldade encontrada pela mesma para colocar em prática o conteúdo proposto a partir da Lei 10.639/03, não respondeu nada.

Outra afirmação relevante foi que na escola não havia práticas de preconceito, se corresponder à verdade, é um aspecto muito positivo, em se tratando de uma escola cuja “clientela” é formada, em sua maioria, por pardos e negros. Mas é importante ressaltar que é muito comum no cotidiano escolar as práticas de preconceito e racismo tenderem a ser minimizadas ou até mesmo ignoradas: são consideradas “brincadeiras de mau gosto”. Assim, ao negar a existência desse tipo de prática, o professor e a escola adiam a necessidade de adotar mecanismos e as estratégias pedagógicas de combate indicadas.

Encerrou a conversa afirmando que a temática é muito boa, interessante e, se a escola oferecesse o curso de capacitação sobre a temática História e Cultura Afro-Brasileira e indígena, ela participaria. Apontando para uma abertura maior para inserção da temática, que muito contribuiria para o reconhecimento e a reafirmação da identidade negra por parte do alunado.

Ao longo dos nossos encontros, sempre que havia alguma oportunidade, fazia algum tipo de questionamento à professora. A partir dessas conversas e da observação é possível constatar em relação à implantação da Lei 10.639/03 que falta planejamento. No período em que permaneci observando as atividades em sala de aula (uma vez por semana ao longo de dois meses), não vi indícios de qualquer tipo de atividade voltada para a temática de História e Cultura Afro-Brasileira e indígena. Ressaltando que a observação ocorreu nos meses de outubro e novembro, precedentes a “Semana da Consciência Negra”.

Ainda podemos observar – em âmbito geral – que, além da falta de planejamento para trabalhar a temática em questão, alguns professores não se interessam para não ter mais trabalho procurando conteúdos “novos”, porque requer fazer pesquisas. E por isso continuam fingindo que fazem e terminam por fazer qualquer coisa em suas salas de aula para passar o tempo. E dessa forma estão impedindo as crianças terem direito às novas informações e ao aprender, resgatar e reviver acontecimentos que fizeram parte da História do Brasil e de outros países.

O que está faltando é professores mais esforçados e mais dedicados para levar para os seus alunos, pelo menos, um pouco, pois não se pode fazer tudo para todos terem a oportunidade de estudar e ver o maior número de informações que puderem para no futuro poderem dizer: eu já estudei sobre este ou aquele assunto. E aí vão lembrar-se daqueles professores que plantaram a semente em suas mentes. No futuro elas crescerão e se tornarão conhecedores de um pouco de tudo, já que não há ninguém aqui nesta terra que sabe de tudo.

A partir do momento em que as escolas e os professores comprometerem-se em tentar colocar a temática de História e Cultura Afro-Brasileira e indígena no ambiente escolar, a implementação da Lei 10.639/03 acontecerá de forma simples e prazerosa, porque conhecer o continente africano é encantador, e saber tudo que este continente tem de riquezas e culturas é magnífico, todos irão encantar-se de alguma forma ou por algum motivo.

3.2 Descrição das aulas de História observadas

a) Aula: 08 de outubro de 2014

Na quarta-feira dia 8 de outubro de 2014, fui a Escola Municipal RSA para o primeiro dia de observação do conteúdo da aula de História da turma do 5º ano. Ao chegar à sala de aula observei que as atividades iniciam com os alunos fazendo uma oração, em seguida fazem a saudação de boa tarde aos colegas e se sentam em suas cadeiras – enfileiradas uma atrás das outras. Depois a professora fez os informes da agenda do dia. Começaram fazendo a capa das provas do 3º bimestre, para tanto receberam uma folha onde deviam desenhar o que quisessem, terminando iam afixando as capas as provas. Quando acabaram a atividade já era hora do intervalo (recreio e lanche).

Dirigi-me à professora e perguntei se, após o intervalo, eles teriam a aula de História. A educadora respondeu-me: “esta semana será de comemorações do Dia da Criança”, explicou que todos os dias eles teriam uma “atividade de lazer” diferente da rotina da sala de aula. Para aquele dia, depois do lanche, estava programada a exibição de um filme. E quando terminasse a atividade, iriam para as suas casas.

E a professora já me adiantou que na próxima semana não iria trabalhar com o livro de História, pois os alunos iriam continuar estudando a História de Campina Grande – PB. Conteúdo integrante das atividades comemorativas dos seus 150 anos de emancipação municipal. Neste momento observei que o livro didático foi deixado de lado, como também todos os seus conteúdos.

b) Aula: 15 de outubro de 2014

Nesta quarta-feira fui novamente a Escola Municipal RSA, para o segundo dia de observação da aula de História da turma do 5º ano. Após terem feito a oração e saudação de boa tarde eles sentaram em seus lugares e a professora falou que a aula era de “História de Campina Grande” antes de ela iniciar a aula outra professora que tem um Mini Projeto sobre os Prefeitos de Campina Grande entrou na sala e fez a aula sobre a História de Campina

Grande mais o seu foco era que os alunos estudassem e soubessem algumas informações sobre os prefeitos que já passaram pela prefeitura de Campina Grande, porque vai haver na escola uma amostra Pedagógica no dia 31/10/14 e cada turma ficou responsável de falar de algum assunto da cidade de Campina Grande e o 5º ano ficou com os prefeitos.

A professora fez uma exposição no data show com fotos de alguns prefeitos e deu informações sobre eles e foi fazendo perguntas a turma para que eles fossem memorizando o que era mostrado, depois ela disse que só algumas seriam responsáveis pelas apresentações, em seguida ela falou como seria a amostra e explicou o Mini Projeto e depois passou no aparelho de som o Hino da Cidade de Campina Grande e pediu que todos ficassem de pé para cantar, eles cantaram e depois a professora titular da turma disse que faria no decorrer da semana momentos de estudos sobre os prefeitos de Campina Grande para que os alunos compreendessem melhor o trabalho que era para eles realizarem.

E esta foi mais uma aula em que o livro didático ficou de lado como também qualquer conteúdo que tem haver com a cultura afro-brasileira. Mais uma vez a História foi deixado para depois, próxima semana quem sabe se não aparece outros assuntos vamos ver uma aula de História, estudar sobre a cidade de Campina Grande e muito bom e interessante mais se buscassem fatos mais aprofundados com questionamentos para saber se o negro esteve presente na fundação da cidade, seria mais interessante, também os indígenas seria bom ter algumas atividades para os que alunos pudessem pesquisa essas questões entre outras coisas.

c) Aula: 21 de outubro de 2014

Nesta semana a aula aconteceu na terça-feira, dia que me dirigi à Escola para o meu terceiro dia de observação da aula de História da turma do 5º ano. A mudança no dia da aula ocorreu em decorrência de uma paralisação que aconteceria no dia seguinte. Como o assunto que estava sendo trabalhado em História era parte de um projeto pedagógico com data agendada, não poderia deixar de acontecer naquela semana.

Como de costume, após terem feito a oração e saudação de boa tarde, eles sentaram em seus lugares e a professora falou que a aula era de “História de Campina Grande”. Em seguida, traçou no quadro uma linha do tempo: “Os prefeitos de Campina Grande”. E assim foi escrevendo os anos dos mandatos com os nomes dos respectivos prefeitos. Eu copie um trecho do que foi feito no quadro, dizia: “De 1864 a 1895, a cidade ficou sem prefeito, o cargo não existia”.

Durante 31 anos a cidade foi administrada por um conselho que concentrava as funções dos poderes Executivo e Legislativo. Do dia 2 de março de 1895 a 7 de janeiro de

1901 uma lei estadual criou o cargo de prefeito e subprefeito. Não havia eleição e a escolha era feita pelo governador. O primeiro prefeito de Campina Grande foi Francisco Camilo de Araújo. Escreveu e não disse mais nada, o que poderia ter acontecido? Por exemplo, o período tratado fora de um dos mais significativos da História do Brasil com relação ao processo de luta contra a escravidão, auge dos movimentos abolicionista e fim do escravismo.

E não se aproveitou o assunto para “ampliar” o olhar, ou seja, em relação à questão da luta contra escravidão, e aos ideais abolicionistas no nosso município nada foi dito. Para concluir a aula a professora explicou quem era cada prefeito e qual foi a sua obra mais importante. Sempre chamando atenção dos alunos para fixarem as informações que seriam apresentadas na mostra pedagógica na semana seguinte, cujo tema era os 150 anos de Campina Grande. E assim tivemos mais uma aula na qual o livro não foi utilizado.

d) Aula: 29 de outubro de 2014

Nesta quarta fui para Escola Municipal RSA para o quarto dia de observação da aula de História da turma do 5º ano. Após terem feito a oração e saudação de boa tarde eles receberam uns conselhos da Orientadora Pedagógica para se comportarem melhor, já que “é uma boa turma”. Em seguida teve início a aula, ministrada por uma professora substituta, pois a professora titular da turma não poderia estar presente em decorrência de problemas pessoais.

Como está estabelecido no horário da quarta o primeiro horário - primeira aula: matemática, segunda aula: história. Dando sequência ao estudo da história de Campina Grande, a professora dividiu a turma em dois grupos, uma parte da turma ficou fazendo uma atividade de matemática, enquanto a outra parte recebia informações sobre alguns prefeitos que passaram pela prefeitura de Campina Grande e realizava suas anotações, para estudar e apresentar na amostra Pedagógica que seria realizada naquele mês.

É assim aconteceu à aula deste dia. Mais uma vez os alunos sequer pegaram no livro de história. Após um mês de observação constatei – decepcionada - qualquer tipo de referência ao livro. Desse modo fica difícil aprender história e dar conta do conteúdo determinado se não preocupação em cumprir o estabelecido, ao mesmo tempo em que não há uma prática de valorização e uso contínuo do material didático de base. Mas, vamos continuamos nossas observações, acreditando que finda a mostra pedagógica a rotina da turma retornaria, de modo que o livro de história voltaria a ser utilizado. Mesmo distante das recomendações e orientações institucionais, o livro analisado era bom e seu conteúdo possibilitaria planejar aulas bem interessantes e produtivas.

e) Aula: 05 de novembro de 2014

Chegara o dia de realizar a quinta observação da aula de História. Entrei no segundo mês de observação cheia de expectativa. Considerando que o mês de novembro é dedicado à “Consciência Negra”, estávamos esperançosos, a partir daí aconteceriam mudanças em relação à prática e ao uso do livro didático, uma vez que o mesmo traz muitas informações interessantes sobre o assunto. Seu uso poderia ajudar aos alunos entenderem um pouco melhor a questão do negro, da escravidão, dos movimentos de resistência, dos quilombos e das revoltas pelas quais passaram os escravos.

Em sala de aula, a mesma rotina das aulas anteriormente observadas: após terem feito a oração e saudação geral a professora iniciou suas explicações acerca do que estava planejado para o dia. Informou que a aula de história seria (de novo?!) sobre Campina Grande – dando continuidade a estudo sobre os prefeitos que passaram pela prefeitura desta cidade. Como a amostra pedagógica aconteceria na sexta-feira daquela semana alguns alunos saíram da sala para ensaiar a suas apresentações durante para a mostra pedagógica.

E assim aconteceu, os alunos foram ensaiar fora da sala e o restante da turma ficou na sala copiando mais informações sobre os prefeitos. Depois de concluírem a cópia, a professora pediu que alguns lessem para verificar como andava a leitura dos alunos da sala, Logo em seguida, os educandos, que tinham saído para ensaiar, voltaram para a sala de aula para apresentarem-se para os colegas “avaliarem”. A apresentação estava muito boa, eles realmente se envolveram com o trabalho e se dedicaram para fazer uma boa apresentação – tudo sob a orientação da educadora da outra turma, que fez um trabalho muito bonito com essas crianças.

Veio o intervalo para recreio e lanche. Quando retornaram para a sala de aula, ao invés de ministrar a aula de Matemática, os alunos foram orientados a concluírem os desenhos que haviam sido iniciados. Os desenhos eram sobre alguns monumentos da cidade de Campina Grande: a Fonte Luminosa do Açude Novo; o Museu dos Três Pandeiros no açude velho; os Tropeiros; entre outros. Na ocasião a professora informou que alguns dos desenhos seriam escolhidos para fazer parte de uma exposição. E mais uma vez o livro de história não foi utilizado.

f) Aula: 12 de novembro de 2014

Nessa data a escola não foi aberta (não funcionou) em decorrência de uma detetização realizada no dia anterior.

g) Aula: 19 de novembro de 2014

Com esta ida à Escola Municipal RSA completava o sexto encontro para observação da aula de História da turma do 5º ano. Ainda esperançosa de ver o livro didático ser utilizado. A aula teve início obedecendo àquele ritual anteriormente relatado. Concluída esta etapa inicial, a professora colocou a turma a par das atividades que seriam desenvolvidas. E neste dia aula de História trataria da questão da “Consciência Negra”.

A professora explicou que as atividades voltadas para discussão da “Consciência Negra” sempre eram realizadas uma semana antes do dia da comemoração, todavia neste ano não havia sido possível. Na referida semana a escola havia passado por uma série de ações preventivas de combate ao mosquito da dengue. Na segunda-feira aconteceu a dedetização da escola, na terça-feira a higienização do prédio e na quarta-feira a escola recebeu a visita de um representante da Secretaria de Saúde para uma palestra sobre o “Combate ao Mosquito da Dengue”. Na ocasião todos os alunos foram levados ao pátio para assistirem. Assim, neste ano teriam apenas a aula de História dedicada à discussão do tema para os educandos conhecerem um pouco sobre essa história.

Para a segunda parte da aula, as alunas estagiárias do PIBID/UEPB haviam planejado uma atividade voltada para discutir a questão do negro e a escravidão no Brasil, as ações da escola referente à data comemorativa do 20 de novembro. Desse modo, a professora da turma objeto da observação juntamente com a educadora coordenadora reuniram os alunos do 4º e o 5º ano na mesma sala para apresentar para aos mesmos o projeto de leitura elaborado pela docente coordenadora e algumas alunas do PIBID que desenvolvem suas atividades na escola.

Na semana anterior as alunas estagiárias haviam participado de uma aula de campo a uma comunidade remanescente quilombola chamada Caiana dos Crioulos, localizada na cidade de Alagoa Grande – PB. A partir da apresentação das fotos da visita, as estagiárias promoveram uma discussão sobre o tema. A atividade foi muito bem recebida pelas turmas a medida que possibilitou um aprendizado novo. Demonstraram bastante interesse. As professoras fizeram uma abordagem bem interessante explicando a medida que iam aparecendo os monumentos e as paisagens algumas das perguntas foram: o que é um quilombo? Porque a cidade tem o nome de Alagoa Grande? Por que as pessoas do quilombo tem a pele negra? E assim por diante.

O trabalho desenvolvido na sala neste dia pôde ser considerado proveitoso/positivo, não apenas por ter trazido a questão do negro para discussão, mas, principalmente, por termos constatado que os alunos interessam-se muito pela discussão, comprovando a importância da temática. Concluíram mostrando que a data tinha um significado especial, explicaram que era

em homenagem a Zumbi dos Palmares e o porquê dessa data dever ser lembrada e respeitada pela sociedade. Toda a atividade aconteceu mediada pelo uso de slides. Não se distribuiu qualquer material de apoio.

E mais uma vez o livro didático não foi utilizado. Sendo que o livro de História da turma, em uma das suas unidades, a saber: “Unidade 5 – O fim do Segundo Reinado”, dedica um dos “Temas” que a compõe para discutir a questão da “luta pelo fim da escravidão” até a “criação do dia da Consciência Negra” – conteúdo já referido no capítulo anterior desse trabalho.

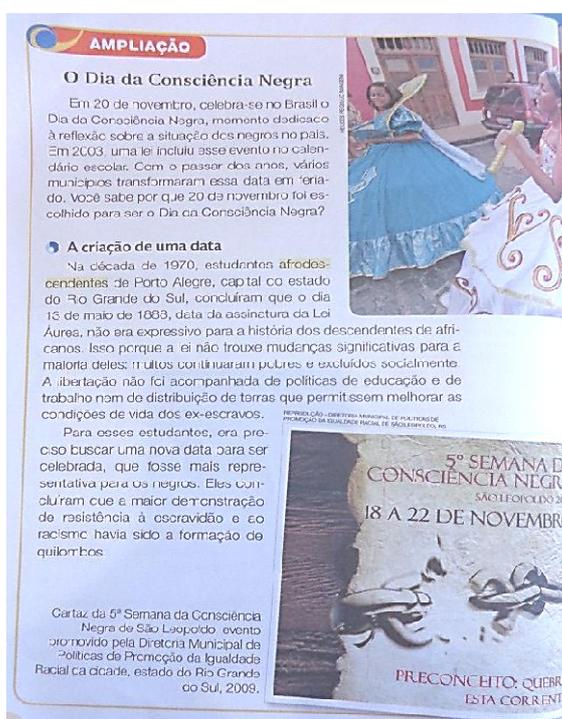


Figura 35: Página do livro didático de História

Fonte: Livro Didático de História – Projeto Buriti

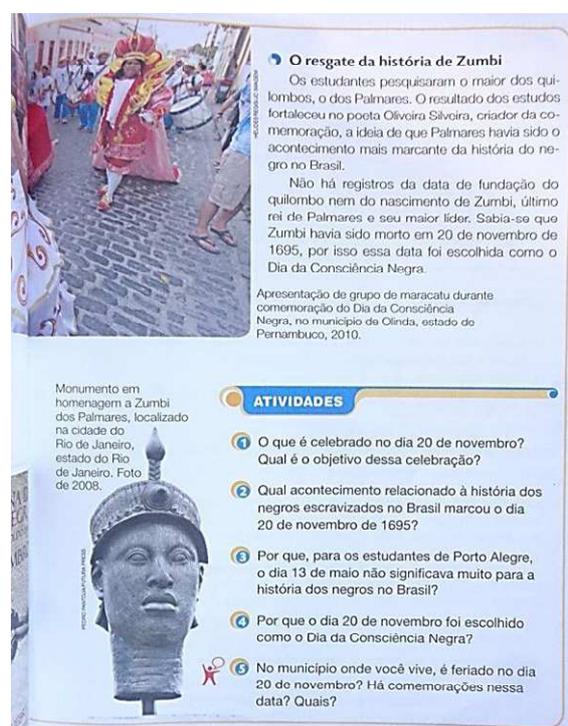


Figura 36: Página do livro didático de História (continuação)

Fonte: Livro Didático de História – Projeto Buriti

Fonte: Livro Didático de História – Projeto Buriti

Para fechar a discussão, as questões das “Atividades” propostas poderiam ter sido utilizadas para promover um debate, possibilitariam uma reflexão de qualidade. Lamentavelmente isso não aconteceu, perdeu-se uma propícia oportunidade de realizar uma discussão mais aprofundada com a turma e de usar qualitativamente o livro didático. Ao pensar sobre essa situação surgem alguns questionamentos, dentre eles: O conteúdo do livro de didático é conhecido pelos professores diretamente responsáveis por fazer uso do mesmo? No planejamento das atividades, o conteúdo dos livros didáticos não é considerado?

h) Aula: 26 de novembro de 2014

Esta foi a última aula observada. Após fazerem todo o seu “ritual” de início de aula, a professora falou que a aula seria voltada (mais uma vez) para discutir a história de Campina Grande e objetivava finalizar o estudo sobre os 150 anos da cidade. A educadora entregou para os alunos um texto contendo um resumo da história da origem de Campina Grande, contemplando os seguintes pontos: a sesmaria e a ocupação pelos índios Ariús, o surgimento da Vila Nova da Rainha e a cidade. Após a leitura e discussão, receberam uma atividade relacionada com o texto para responderem. E o livro não foi utilizado.

3.3 Disso tudo, o que pode ser dito

A observação foi concluída deixando a sensação de mal-estar: o livro de História não foi usado em nenhum momento, em nenhum dos outros dias no qual a escola foi visitada em busca de informações outras. Percebemos que o livro não só não foi utilizado, como ficou trancado dentro de um armário, “guardado”. Quando questionamos sobre o porquê, a professora explicou que era “para que eles não o deixassem em casa”.

A partir das observações das aulas é possível constatar que há falhas no processo de planejamento das atividades letivas. Isso ficou evidente nas aulas de história observadas no mês de novembro onde o conteúdo do livro didático adotado não foi sequer mencionado e o mesmo continha um bom material sobre a temática da “Consciência Negra”. Práticas de sala de aula que demonstravam a necessidade de rever “rumos”, redefinir metas. Percebemos que as aulas davam conta do conteúdo programado se desse tempo, caso não era deixado para outro dia. Não se trabalhava de forma a aproveitar melhor o tempo das aulas.

Além de termos constatado o desuso do livro didático – não foi utilizado uma única vez – verificamos a ausência de metodologias dinâmicas, capazes de envolver a turma. A forma como o conteúdo era trabalhado não contribuía para a percepção da realidade e da condição na qual se encontram, de modo que pouco irão contribuir para transformar suas realidades.

A formação docente deve se adequar ao novo tempo e a nova escola que está sendo desenhada pelas transformações que se implementam, privilegiando um processo de formação na qual as características sejam a reflexão, a conexão, compartilhamento e autonomia pessoal e profissional. (RAMOS, 2008, p. 17).

Cabe ao professor estabelecer estratégias metodológicas capazes, a partir do conteúdo trabalhado, de permitir aos seus alunos conhecerem suas realidades – inclusive considerando o conhecimento prévio dos mesmos. Por exemplo, em relação à discussão do Dia da “Consciência Negra”, havia na “atividade” proposta uma pergunta que poderia fazer a ponte com a realidade da turma, perguntava: “No município onde você vive. É feriado no dia 20 de novembro? Há comemorações nessa data? Quais?” Pensemos o quanto não poderia ter sido proveitosa essa aula.

Indiscutivelmente, a prática docente precisa receber atenção diferenciada, caso se pretenda alcançar a qualidade do ensino, meta perseguida por toda e quaisquer instituições de ensino, assim como pelos diversos órgãos responsáveis pela regulamentação do processo educacional e da escola. Mas como poderemos promover essa transformação?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu andei nessa longa estrada para a liberdade. Tentei não vacilar, eu cometi erros ao longo do caminho. Mas eu descobri o segredo que depois de escalar um grande morro, só se descobre que há muitas mais montanhas para escalar. Tomei um momento aqui para descansar, para roubar uma visão da gloriosa vista que me rodeia, para olhar para trás na distância eu percorri. Mas eu posso descansar apenas por um momento, pois com a liberdade vem à responsabilidade, e eu não me atrevo a perder, por minha longa caminhada ainda não terminou. (NELSON MANDELA)

Como resultado de uma série de transformações no mundo e na sociedade, assim como em decorrência das lutas dos movimentos sociais, a educação em todo mundo rumou para uma nova proposta: combater o preconceito e as práticas de discriminação a partir da adoção de projeto de ensino-aprendizagem centrado no reconhecimento da diversidade e valorização das diferenças.

No Brasil, nas últimas décadas, a proposta de educação étnico-racial foi ganhando espaço, consolidando-se ano a ano. Os reflexos apareceram desde a adoção de políticas públicas de reparação ao material didático, incluindo: formação docente, currículo, práticas e metodologias. E no caso da proposta de educação étnico-racial as mudanças necessárias eram enormes, principalmente em relação ao material didático – em especial o livro didático – por ser este o único material que na maioria das escolas será o que o professor usará. Considerando ainda que a forma como este é visto: portador de uma “verdade” incontestável. Está dito no livro didático, então não há como contra argumentar.

Desse modo, cuidar do conteúdo do livro didático e do desenvolvimento de estratégias de uso (metodologias) é condição *sinequa non* para o sucesso de qualquer projeto educacional. Nesse sentido é possível afirmar que o livro didático de História foi um dos que mais positivas recebeu ao longo dos últimos anos, especificamente após a promulgação da Lei 10.639 (2003) e das Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004). Todavia muitas mudanças ainda precisam ser realizadas.

Os nossos livros didáticos de História ainda precisam trazer/abordar de forma contextualizada o passado e o presente para, a partir dessa relação, o aluno poder fazer pontes, refletir de modo a compreender a sua realidade de tal modo que se torne apto a pensar o futuro. Desenvolver a sua consciência histórica. O livro em questão, apesar do progresso já apresentado e, termos de conteúdo, ainda apresenta muitas lacunas, tanto com respeito à forma

como aborda a temática ao uso das imagens, a capacidade de fazer correlação com a realidade do alunado, em outras palavras, trabalhar o passado fazendo relação com o presente: mostrar qual a relação da presença do negro africano no Brasil Colonial, a condição ocupada pelo mesmo e a situação de desigualdade vivida pela população negra do Brasil nos dias atuais.

O livro didático de História analisado, de certa maneira, ainda contribui para disseminação de ideias preconceituosas, negativas e inferiorizantes sobre o negro, seu papel e o lugar ocupado pelo mesmo no processo de formação da sociedade brasileira. Deixa muito a desejar. Por exemplo, as imagens utilizadas são, na sua maioria, dos negros em condição de trabalho escravo e/ou em situações de submissão ou subocupações, sempre mal vestidos, pés descalços. A preocupação com as imagens é pertinente à medida que as mesmas representam importante ferramenta pedagógica facilitadora do processo de ensino-aprendizagem por contribuir para fixação do conteúdo trabalhado.

De acordo com as determinações legais relativas à temática em discussão, os livros didáticos deveriam contar a história do Brasil mais fiel, próxima do que de fato aconteceu: mostrar o papel de cada um dos povos que contribuíram para a formação da nossa sociedade mostrando de forma valorativa suas histórias e suas tradições e o legado de cada uma para a cultura brasileira.

Nesse sentido, a responsabilidade do professor é muito grande, pois ele vai fazer trabalhos científicos com seus alunos dando ênfase ao conhecimento para elaborar novas maneiras de aprender de acordo com seus métodos de ensino - aprendizagem. É o interessante esta nesta questão como ensina? Como os alunos estão aprendendo? São questões a serem pensadas para que cada vez mais os professores cite novas formas de aprender nos dias atuais, pois o mundo não para vive em constante mudança.

Todavia, para podermos ter uma boa formação requer muito esforço e dedicação, é preciso juntar o saber e a ação para aprendermos cada vez mais. Em seguida, unir teoria e prática para a realização de um trabalho bem feito, organizado. Mas ter uma formação boa hoje em dia exige também dispormos de recursos e tempo, e infelizmente a maioria não pode investir na sua formação.

Ensinar e aprender não é repetir, mas é projetar em situação dialógica por onde começa um novo processo, contrário ao desgaste da vida e à decadência, imune às fantasias oníricas da imaginação não fundamentada nas possibilidades historicamente construídas (...).As relações educativas que pretendem não ser alienantes importa levem cada indivíduo a descobrir suas próprias forças e possibilidades, a percebê-las como forças sociais e a criar suas próprias formas de organização em que não se separem as forças sociais das forças políticas

empenhadas em lutas mais amplas (MARQUES *apud* MARQUES; MÁRIO,2006,p.171).

Apesar da Lei 10.639/03 obrigar que seja incluída no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e indígena, isto ainda não acontece nas escolas do sistema municipal de ensino de Campina Grande – PB. Para o processo da implementação da Lei 10639/03 aconteceré necessário os professores terem cursos de formação e capacitação, e o mais importante: eles terem tempo para fazer. Esta é uma batalha que vem arrastando-se durante todos esses anos,e ainda vai demorar muito para tornar-se realidade, porque existe muito preconceito por parte das pessoas. A Lei 10639/2003 completou 10 anos e vemos muitas pessoas desconhecedoras da mesma, nem sabem do que se tratar. Talvez por isso em muitas escolas os educadores continuem sem trabalhar a temática étnico-racial ou façam de conta que trabalham.

REFERÊNCIAS

ALADRÉN, Gabriel. **Tráfico de escravos e escravidão na América Portuguesa**. In: **Cadernos Penesb – Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira** – FEUFF, n. 12, Rio de Janeiro/Niterói: Ed. Alternativa/EdUFF, 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/LIVRO%20PENESB%2012.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 nov. 2015.

_____. **Decreto nº 8.460**, de 26 de dezembro de 1945. Consolida a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8460-26-dezembro-1945-416379-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

_____. **Decreto nº 91.542**, de 19 de agosto de 1985. Institui o Programa Nacional do Livro Didático, dispõe sobre sua execução e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91542-19-agosto-1985-441959-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília – DF, 10 de março de 2004.

_____. **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.sinesp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=11285:lei-no-9394-de-20-de-dezembro-de-1996-estabelece-as-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacionalart-1o-art-4o-art-5on-art-6on-art-7o-art-12-art-13-&catid=60:manuais&Itemid=222>. Acesso em: 02 nov. 2015.

_____. **Lei Nº 10.639**, de 08 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm>. Acesso em: 09 nov. 2015.

_____. **Lei Nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm>. Acesso em: 09 nov. 2015.

BRASIL, Eric; MENDONÇA, Camila. Abolição e abolicionismo. In: OLIVEIRA, Iolanda de. GONÇALVES, Maria das Graças. MULLER, Tânia Mara Pedrosa (Orgs.). **Cadernos Penesb**

– **Período do Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira.**Rio de Janeiro: FEVFF, 2010.

BRASIL. Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** História, Geografia. Brasília: MEC/SEF, 1997. v.5.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** Pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997.v.10.

CANDAU, Maria Vera; MOREIRA, Antônio Flávio. **Multiculturalismo:** Diferenças culturais e práticas pedagógicas. 2. Ed. Petrópolis, RJ:Vozes,2008.

CARVALHO, Leandro. **Lei 10.639 e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e africana.** Disponível em:<<http://educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm>>. Acesso em: 06 nov. 2015.

D'ÁVILA, Cristina Maria. **Decifra-me ou te devorarei:** o que pode o professor frente ao livro didático. Salvador: EDUNEB, 2008.

FIQUEREDO, Rita Vieira de. A formação de professores para a inclusão dos alunos no espaço pedagógico da diversidade.In: MATON, Maria Tereza Eglér. (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas.** Petrópolis: Vozes, 2008.

FREITAS, Itamar de. Livro didático de História: definições, representações e prescrições de uso. In: ———. **Livros didáticos de História:** escolhas e utilizações. Natal: EDUFRRN, 2009.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz:**Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra.Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

KRAFZIK, Maria Luiza de Alcântara. 2008. **Acordo MEC/USAID:** a Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático – COLTED. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=100869>. Acesso em: 06 nov. 2015.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil:** sua história. São Paulo: EDUSP, 2005.

MACHADO, Rosângela. **Educação Inclusiva:** Revisar e refazer a cultura escolar.Petrópolis: RJ: Vozes, 2008.

MARINGONI, Gilberto. O destino dos negros após a abolição. **Desafios do desenvolvimento,** 2011, ano 8, edição 70. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2673%3Acatid%3D28&Itemid=23>. Acesso em: 02 nov. 2015.

MARQUES, Mario Osorio. **A formação do profissional da educação.** 5.ed. Ijuí: Ed. Unijuí,2006.

MATTOS, Hebe; ABREU, Marhtha; DANTAS, Carolina Vianna. Negros na História do Brasil. In: **Cadernos Penesb – Período do Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira.**Rio de Janeiro: Ed. Alternativa, 2010.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. 2011. **DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais)**. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=96>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de. Livros didáticos de história: pesquisa, ensino e novas utilizações deste objeto cultural. In: **Série: o livro didático em questão. Salto para o futuro**. Rio de Janeiro: Empresa Brasileira de Comunicação, (08/05/ 2006-12/05/2006).

PEREIRA, Amilcar Araújo. Linhas (da cor) cruzadas: Relações raciais, imprensa negra e movimento negro no Brasil e nos Estados Unidos. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da. (Orgs). **O Movimento Negro Brasileiro: Escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2009.

_____. Movimento Negro no Brasil Republicano. In: OLIVEIRA, Iolanda de; GONÇALVES, Maria das Graças; MULLER, Tânia Mara Pedrosa (Orgs.). **Cadernos Penesh – Período do Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: FEVFF, 2010.

PEREIRA, Matheus Serva. Quilombos, revoltas e fugas. In: OLIVEIRA, Iolanda de; GONÇALVES, Maria das Graças; MULLER, Tânia Mara Pedrosa (Orgs.). **Cadernos Penesh – Período do Programa de Educação Sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: FEVFF, 2010.

RAMOS, Paulo. **Como tornar-se um professor inesquecível na metadisciplinaridade**. 6. ed. Blumenau: Odorizzi, 2008.

RESOLUÇÃO Nº 1, de 17 de junho de 2004. Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

RESOLUÇÃO n. 087/2010. Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e da História e Cultura Indígena no Sistema Municipal de Ensino de Campina Grande – PB. 28 de dezembro de 2010.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia de Letras, 2006.

SALLES, Ricardo; SOARES, Mariza de Carvalho. **Episódios de História Afro-Brasileira**. Rio de Janeiro, Editora: DP&A/Fase, 2005.

SANTIAGO, Emerson. **Constituição de 1988**. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/direito/constituicao-de-1988/>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. 2013. **Opinião: O papel do livro didático**. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/26006/opinioao-o-papel-do-livro-didatico/>>. Acesso em: 26 nov. 2015.

WITZEL, D. G. **Identidade e livro didático**: movimentos identitários do professor de Língua Portuguesa. Maringá, 2002. Dissertação (Mestrado em Língua Aplicada) –PLA, Universidade Estadual de Maringá.